



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FLORIAN GROTE

‘O MURMÚRIO DAS SOCIEDADES’:
um estudo de práticas anarquistas

João Pessoa - Paraíba
Fevereiro - 2016

FLORIAN GROTE

**‘O MURMÚRIO DAS SOCIEDADES’:
um estudo de práticas anarquistas**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Coordenação do Curso de
Graduação em Ciências Sociais da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Nildo Avelino

João Pessoa - Paraíba
Fevereiro - 2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

FLORIAN GROTE

‘O MURMÚRIO DAS SOCIEDADES’: um estudo de práticas anarquistas

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba em 19/02/2016.

Banca examinadora

<hr/> <p>Prof. Nildo Avelino DCS – CCHLA – UFPB Orientador</p>	<hr/> <p>Nota</p>
<hr/> <p>Prof.^a Ana Edite Ribeiro Montoia DCS – CCHLA - UFPB Examinadora 1</p>	<hr/> <p>Nota</p>
<hr/> <p>Prof.^a Natalia Monzón Montebello PPGH – CCHLA – UFPB Examinadora 2</p>	<hr/> <p>Nota</p>
<hr/> <p>Prof. Anderson Moebus Retondar DCS – CCHLA – UFPB Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Sociais</p>	<hr/> <p>Média Final</p>

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu amigo e orientador Nildo Avelino, pela amizade, pela paciência e pelo apoio com o qual podia contar desde o primeiro período.

A minha esposa, companheira e cúmplice Aline, que se deu – e tão bem sucedeu – a difícil tarefa de me manter calmo nas horas mais difíceis.

A minha mãe, que sempre defendeu a minha oportunidade de estudar.

A Edi, pela companhia e ajuda durante e depois da nossa pesquisa PIBIC.

Muito obrigado.

“Os grandes só nos parecem grandes porque estamos de joelhos. Levantemo-nos.”

Pierre-Joseph Proudhon

RESUMO

Esse trabalho estuda as formas pelas quais se deu a presença do anarquismo na Paraíba entre 1890 e 1930. A partir das imagens encontradas na imprensa local daquele período, foi possível discernir certo número de práticas consideradas anárquicas e, conseqüentemente, perigosas para a ordem social: espírito de revolta, ateísmo, materialismo, maçonaria, etc.; nessas imagens da anarquia, anarquista é qualquer um que sustenta uma prática anárquica. O estudo do anarquismo em um contexto social como o da Paraíba foi possível quando abandonada a compreensão que o identifica enquanto movimento político originário do desenvolvimento urbano, industrial e sindical: o anarquismo foi apreendido como práticas e táticas. O trabalho argumenta que essas práticas anárquicas podem ser aproximadas das táticas estudadas por Michel de Certeau e apreendidas nos termos do que Carl Levy chamou de “cultura do subversivismo”. Em seguida, o trabalho sugere uma possível continuidade ou retomada dessas práticas anárquicas “sem nome” no tipo de tática empregada pelos *Black Blocs*, nas chamadas Zonas Autônomas Temporárias de Hakim Bey e nas *Jornadas de Junho* de 2013 no Brasil.

Palavras-chave: anarquismo; Paraíba; cultura do subversivismo; *Black Bloc*; Zona Autônoma Temporária.

ABSTRACT

This paper studies the shapes in which the presence of anarchism took place in Paraíba between 1890 and 1930. From the images found in the local newspapers of that period, it was possible to discern a number of practices considered anarchic and therefore dangerous to the social order: spirit of revolt, atheism, materialism, freemasonry, etc.; in these images of anarchy, an anarchist is anyone who sustains an anarchic practice. The study of anarchism in a social context like that of Paraíba was possible by abandoning the comprehension that identifies it as a political movement originating in urban, industrial and labor union development: anarchism was understood as practices and tactics. The paper argues that these anarchic practices can be approximated to the tactics studied by Michel de Certeau and understood in terms of what Carl Levy called “culture of subversivism”. The paper then suggests a possible continuation or resumption of these “non-branded” anarchic practices in the kind of tactic employed by Black Blocs, in the so-called Temporary Autonomous Zones of Hakim Bey and in the 2013 “June Journeys” in Brazil.

Keywords: anarchism, Paraíba, culture of subversivism, Black Bloc, Temporary Autonomous Zone.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – IMAGENS DO ANARQUISMO NA PARAÍBA (1890-1930).....	12
1.1. Afastar-se das origens.....	12
1.2. Movimento ordeiro?.....	14
1.2.1. <i>Um Primeiro de Maio festivo e despolitizado</i>	19
1.3. Visões da anarquia.....	25
1.3.1. <i>Anarquismo, Irreligião e Maçonaria</i>	29
CAPÍTULO II – CULTURA DO SUBVERSIVISMO: PENSANDO AS PRÁTICAS ANARQUISTAS COMO TÁTICAS.....	34
CAPÍTULO III – ZONAS AUTONÔNOMAS TEMPORÁRIAS (TAZ) E <i>BLACK BLOC(K)S</i> : EXEMPLOS DE ANARQUISMO NO SÉCULO 21.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXO A – OS REVOLTADOS.....	66
ANEXO B – O ESPIRITO DE REVOLTA.....	67
ANEXO C – O PAPEL DA IMPRENSA.....	68

INTRODUÇÃO

A escolha do tema se deu a partir da minha atuação como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), no âmbito do Projeto de Pesquisa intitulado “Memória Operária e Cultura Anarquista na Paraíba (1870-1930)”, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e sob a coordenação do Prof. Nildo Avelino. Essa monografia se beneficiou amplamente não apenas da pesquisa empírica, mas também das perspectivas utilizadas nesse Projeto.

A partir dos resultados obtidos durante o Projeto de Pesquisa foi possível “afirmar, com provas primárias existentes, a presença anarquista na cultura operária e na sociedade paraibana no período entre 1870 e 1930.” (GROTE, 2015, p. 8). Contudo, tal afirmação evidenciou uma disparidade entre o resultado da pesquisa e a inexistência, quase absoluta, de qualquer abordagem da presença do anarquismo na produção historiográfica sobre o movimento operário paraibano daquela época (GURJÃO, 1994; SILVA, 2003; DINIZ, 2004). Quais as razões dessa ausência? Como explicar o silêncio da historiografia sobre a presença anarquista no estado da Paraíba? Um levantamento bibliográfico inicial demonstrou, além disso, a ausência de trabalhos sistemáticos sobre essa temática, o que ampliou ainda mais nosso interesse de estudo, na medida em que poderia contribuir para preservar uma memória ainda presa em documentos em estado deplorável e frequentemente à beira da destruição. Foram essas as motivações que nos levaram para o tema. Desse modo, a escolha do tema se justifica pelo intuito de oferecer uma pequena contribuição para a compreensão da temática, indagando sobre os motivos desse silêncio e propondo uma abordagem do anarquismo capaz de reconhecer as formas da sua presença na sociedade paraibana tal como os documentos históricos nos sugerem.

A esse interesse de pesquisa veio somar-se uma preocupação de maior proximidade ao campo das Ciências Sociais, especialmente da Teoria Política: Em que medida a abordagem proposta aqui para pensar a presença anarquista em suas diversas proveniências – palavra sempre usada no plural e em contrapartida à noção de origem – no contexto da sociedade paraibana do final do século 19 e começo do século 20 poderia ajudar a compreender também o clima e os acontecimentos políticos contemporâneos, especialmente o surgimento do anarquismo no contexto das manifestações de junho de 2013 nas quais se destacaram práticas e táticas anarquistas, como o *Black Bloc*, bem como a expressão de uma vontade de negação do sistema político representativo e do quadro institucional?

O presente trabalho busca descrever a presença anarquista na Paraíba a partir das diferentes imagens sob as quais ele foi apreendido na imprensa escrita dos anos 1890 a 1930. Nessa descrição o foco será direcionado não para o anarquismo enquanto movimento social e político, mas para a anarquia como prática, isto é, como uma maneira de fazer e um modo de pensar sem vinculação a um grupo social ou político específico: anarquista será simplesmente alguém que pratica anarquia. O objetivo dessa descrição das práticas anarquistas é propor outra abordagem que acreditamos mais adequada para apreender a presença anarquista no contexto da sociedade paraibana: trata-se da abordagem apresentada por Michel de Certeau e Todd May que consiste no estudo das táticas.

Nosso objetivo se ampara na seguinte hipótese: talvez o silêncio da historiografia acerca da presença anarquista na Paraíba tenha sido provocado pelo tipo de abordagem predominante na historiografia que tende a privilegiar uma forma de anarquismo identificado com os conceitos de luta de classes, movimento operário, sindicato, etc. Assim, por exemplo, Michael Hall e Paulo Pinheiro afirmaram que é preciso levar “a sério as ideias do movimento operário” e que “o anarcossindicalismo brasileiro era uma doutrina tanto proletária como revolucionária.” (HALL; PINHEIRO, 1985, p. 110). Ainda que os autores possam estar certos em sua afirmação, a vinculação do anarquismo ao sindicalismo e ao movimento operário tem por consequência colocar em dúvida a presença anarquista na Paraíba, pelo simples fato de não ter havido ali movimento operário e sindicalismo organizado, ao menos nos moldes da região sudeste do país.

Essa hipótese de pesquisa nos conduz, portanto, a procurar por outra “lente” de leitura do anarquismo que possa permitir tanto a constatação da sua presença quanto uma compreensão da sua importância política, percebida fora dos moldes da identificação do anarquismo aos movimentos operários urbanos e ao sindicalismo. Nesse sentido, propomos retirar o anarquismo dos quadros de uma macrohistória para perceber suas outras formas políticas possíveis – não somente sob a forma do movimento operário e do sindicalismo – por meio das quais ele se fez presente. Em seguida, abandona-se a “lente” marxista que sugere perceber o anarquismo como pré-político nos termos do “subversivismo” proposto por Antonio Gramsci (1999).

Para tentar cumprir o objetivo e buscar demonstrar a hipótese que descrevemos acima, nossa abordagem consistirá em retomar a leitura do anarquismo proposta por Todd May (1994) para percebê-lo como prática. O autor defende uma leitura pós-estruturalista do anarquismo que supera tanto o essencialismo humanista quanto a concepção somente negativa do poder que ele entende existir no anarquismo clássico:

A teoria política pós-estruturalista substitui o *a priori* do anarquismo clássico, de um lado, pela positividade ou criatividade do poder e, pelo outro, pela ideia que práticas ou grupos de práticas (em vez de sujeito ou estrutura) são a unidade adequada de análise. Podemos definir a “prática” vagamente como regularidade social direcionada a fins. (MAY, 1994, p. 87).¹

A partir da concepção de May é possível deslocar a análise para o âmbito das práticas, o que também permitirá agregar ao nosso argumento a noção de tática tal como definida por Michel de Certeau:

Chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado. [...]. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para esticar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. (CERTEAU, 1998, p. 100, grifo do autor).

Essas táticas, chamadas também de astúcias, aproveitam-se, como explica Certeau (1998), das falhas do outro, ou seja, do poder proprietário que é característico do modelo estratégico em oposição ao qual a tática é definida. Assim, as táticas são práticas cotidianas que produzem sem capitalizar, isto é, sem dominar o tempo (*Idem*, p. 48) e sem criar o seu *próprio*, enquanto as estratégias estão baseadas nos seus lugares e ambientes *próprios* que as isolam e criam, assim, uma distinção entre a interioridade do próprio e a exterioridade do outro.

É essa junção entre a concepção do anarquismo como prática, proposta por May, e a definição de tática proposta por Certeau, que poderá fazer o anarquismo figurar não mais vinculado a um movimento político e social, mas inserido naquilo que Carl Levy chamou de “cultura do subversivismo” [culture of sovversivismo], termo por meio do qual o autor conferiu uma interpretação positiva ao conceito gramsciano de “subversivismo”, descrevendo a importância do anarquismo no movimento operário italiano a partir das suas influências sociais e culturais difusas e não como movimento político (LEVY, 1999; 2007).

¹ Todas as citações de obras em língua estrangeira foram traduzidas diretamente pelo autor da língua original.

Espera-se que a metodologia descrita resulte em uma abordagem capaz de analisar as manifestações de junho de 2013 no Brasil relativamente à ressurgência de práticas e táticas anarquistas, como, por exemplo, o *Black Bloc*, indicando, talvez, um reaparecimento de velhas práticas no cenário político atual.

A fim de realizar os objetivos desta pesquisa, adotou-se a pesquisa documental em jornais da época, que constituíram os materiais básicos. Servindo como base empírica de investigação, utilizamos predominantemente jornais locais e regionais, editados em João Pessoa (que se chamava, na época, de Parahyba do Norte) ou em cidades do interior do estado da Paraíba, encontrados, sobretudo, no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e, em quantidade menor, na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Vale citar, nesse ponto, o argumento de Nelson Werneck Sodré segundo o qual “Por muitas razões, fáceis de referir e demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade” (1999, p. 1), o que torna relevante o uso dos jornais como fonte fundamental na compreensão das práticas anarquistas no âmbito da sociedade paraibana no começo do século 20. Mais especificamente sobre esse período, o autor nota a função específica dos jornais:

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. [...]. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de *atos*, *pensamentos* ou *decisões* de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. (*Idem*, p. 277, grifos meus).

O que reforça ainda mais a adequação desta fonte documental para o nosso objetivo de indagar as práticas anarquistas existentes durante esse período específico: os jornais possuem especial importância para a observação de atos, pensamentos e decisões políticas.

O primeiro capítulo é dedicado à parte empírica desse trabalho, descrevendo as imagens que a imprensa local criou do anarquismo. Mostra os usos que foram feitos dos termos *anarquismo*, *anarquia* e *anarquista*, bem como relata as frequentes conexões que se faziam entre esses termos e outros. Por fim, sugere como esses usos poderiam enquadrar-se nas estratégias políticas desses jornais.

No segundo capítulo, baseado nas leituras de Certeau, May e Levy, procura-se uma compreensão das práticas anarquistas em termos de táticas políticas que criaram uma “cultura de subversivismo”, ou seja, uma condição anárquica de subversividade.

O terceiro capítulo sugere possíveis continuidades dessas práticas anarquistas a partir de uma discussão de táticas anárquicas contemporâneas, como as Zonas Temporárias Autônomas [*Temporary Autonomous Zones*] e os *Black Bloc(k)s*. Esse último, por sua vez, foi tomado também como exemplo de uma tática anárquica contemporânea usada nas *Jornadas de Junho* em 2013 no Brasil.

CAPÍTULO I - IMAGENS DO ANARQUISMO NA PARAÍBA (1890-1930)

1.1 Afastar-se das origens

Foi Michel Foucault (1979) quem chamou atenção para as diferenças importantes entre origem (*Ursprung*) e proveniência (*Herkunft*). A palavra *Herkunft*, que Foucault retoma de Nietzsche, é composta pelo advérbio *her*, indicativo de direção, que poderia ser traduzido como “para aqui”, e pelo verbo *kommen*, ou seja, “vir”. Diferente disso, a palavra *Ursprung*, que seria traduzida literalmente como “salto original”, indica a fonte, a hora e o local exato do surgimento de algo. Assim, enquanto *Ursprung* indica somente um evento temporalmente e localmente singular, a *Herkunft*, ocupa-se muito menos com esse momento específico para descrever os diversos e diferentes movimentos e desenvolvimentos *a partir* desse momento. O termo *Herkunft* responde, assim, não somente a pergunta “onde começou?”, pelo ponto de origem, mas igualmente a pergunta “como chegou aqui?”, com uma descrição do seu percurso.

Procurando, assim, descrever as proveniências da presença anarquista na Paraíba, nossa atenção não se voltará para suas origens, mas para seus percursos: seus diferentes movimentos e desenvolvimentos. Trata-se de uma escolha metodológica importante. Um consenso parece vigorar na historiografia brasileira: as origens do anarquismo no Brasil encontram-se no processo de industrialização dos grandes centros urbanos. Desse processo é possível deduzir todos os elementos capazes de remeter à identidade primeira do anarquismo nascido na Europa: aquele anarquismo marcado pela fundação da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) e pela famosa ruptura entre Bakunin e Marx; marcado também por um movimento operário urbano organizado, pelo sindicalismo e pelas grandes greves. Portanto, trata-se de uma origem que desautoriza falar de anarquismo em outros ambientes desprovidos de um processo de industrialização.

Tudo indica que a compreensão do anarquismo nos moldes de processos industriais, urbanos e sindicais se tornou determinante e continua sendo considerada como marco importante para a observação das suas práticas. É uma leitura que anularia por antecipação a presença anarquista no nordeste e, especialmente, na Paraíba, tendo em vista a tardia industrialização da região. Como apontam Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi:

Com o início da navegação a vapor, tornou-se evidente que o porto de Recife, embora tivesse um comprimento adequado, não podia mais abrigar os navios que faziam o comércio transatlântico, dada sua profundidade de apenas 7,20m na maré alta. Passaram-se várias décadas até que um projeto de dragagem e expansão do porto fosse aprovado, o que prejudicou muito a região. Faltava, além disso, pavimentação na maior parte das docas; a iluminação era deficiente para os carregamentos, não havendo instalações apropriadas para inflamáveis e explosivos. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 222).

Descrevendo as condições complicadas para a instalação da indústria na região, sobretudo a falta de infraestrutura e a carência do acesso ao transporte transatlântico apropriado, os autores especificam o caso paraibano:

Em condições igualmente difíceis surgem as primeiras fábricas da Paraíba e os núcleos iniciais do proletariado naquele Estado: os trabalhadores do couro da Fábrica São Francisco; os tecelões da Fábrica Tibiri; os operários da Saboaria Parahybana, além de estabelecimentos menores, todos anteriores a 1918, como curtumes, tipografias, serrarias fábricas de cigarro e de bebidas. (*Ibidem*).

Hardman e Leonardi (1982) relatam, ainda, a ausência da mineração na Paraíba e datam o aparecimento da primeira fábrica somente em 1892 – o mesmo ano da inauguração da fábrica de tecidos Tibiri em Santa Rita – ressaltando seu fracasso, pois interrompeu sua produção de cimento apenas três meses após sua inauguração. Mesmo em comparação com outros estados do Nordeste, o número de fábricas e operários era muito baixo na Paraíba do final do século XIX e no começo do século XX:

Na Paraíba, neste período inicial, a concentração do proletariado e de fábricas era também bastante reduzida. O Censo de 1920 registrava 3.035 operários em todo o Estado, distribuídos em 251 “estabelecimentos industriais” (para o Estado de São Paulo, estas cifras eram 83.998 e 4.415, respectivamente, e para Bahia, de 14.784 e 491), o que mostra as diminutas proporções do quadro industrial paraibano, mesmo numa ótica comparativa intra-regional. (*Idem*, p. 239).

Além disso, notam que “a grande maioria desses estabelecimentos foi fundada após 1900, especialmente no período 1915-19”, e que, com exceção da “cidade-fábrica de Rio Tinto”, “a esmagadora predominância das oficinas [eram] semi-artesanaís e pequenas unidades domésticas, semi-rurais ou de ‘fundo de quintal’”, atestando, assim, o caráter tardio da industrialização no estado (*idem*, p. 240).

Para piorar o quadro já difícil das condições do movimento operário na Paraíba, os autores observaram ainda a repressão policial. Já em dimensões absurdas nos grandes centros operários, como Rio de Janeiro ou São Paulo, a repressão pode ser considerada *ainda maior* em cidades menores, como a Parahyba do Norte (a João Pessoa de antigamente). Segundo descrito por Hardman e Leonardi:

Dada a pouca concentração e o tamanho reduzido da maior parte das cidades [da Região Nordeste] até aqui mencionadas, é de se supor que uma medida repressiva adotada a nível nacional pelo governo atingisse de maneira mais contundente os grupos socialistas e anarquistas locais e afastados dos grandes centros ou, pelo menos, que os efeitos de tais medidas fossem mais prejudiciais a organização dos militantes nesses Estados. (*Idem*, p. 229-230).

Portanto, muitos fatores teriam dificultado a emergência de um movimento anarquista na Paraíba. Contudo, como veremos, não impediu a ocorrência de práticas anarquistas cuja importância política ainda está por ser descrita. Por isso foi necessário ampliar o escopo da pesquisa, removendo a limitação imposta pela compreensão do anarquismo a partir de uma identidade política presa a um ambiente urbano, sindical e industrial, para tentar, em vez disso, apreendê-lo a partir de uma descrição dos seus usos e práticas no contexto da sociedade paraibana. Não limitamos, assim, a descrição somente aos grupos, manifestações, movimentos ou organizações do movimento anarquista, mas traçamos os usos que foram efetivamente encontrados da noção de anarquia e das práticas anarquistas de forma mais ampla.

1.2. Movimento Operário ordeiro?

A pesar de todas essas dificuldades, surgiu na Paraíba um movimento operário que provocou um debate significativo na imprensa da época. Sua presença pode ser confirmada, por exemplo, no *Diário do Estado*, noticiando a fundação de um sindicato no dia 31 de agosto de 1916 e a composição dos membros da sua primeira diretoria com os seus respectivos cargos:

Recebemos a seguinte comunicação: Parahyba, 3 de Agosto de 1916 – Ilmo. Sr. Redator do Diário de Estado: - Tenho a grata satisfação de comunicar a essa ilustrada Redação que nesta data foi instalada, nesta capital uma sociedade das classes trabalhadoras, denominada “Syndicato,

Commercio e Industria”. (Operariado. *Diário do Estado*, n. 447, 16/09/1916).²

É notável como a atividade operária paraibana foi caracterizada pelos jornais locais de forma benevolente, enfatizando que as suas lutas seriam justas, suas greves pacíficas e incentivando-os a participar das eleições democráticas. Transparece a intenção de distanciar essas atividades operárias de qualquer envolvimento com ideias anarquistas, contra as quais declaram grande temor. Desse modo, o *Diário do Estado* descreve o caráter calmo e apolítico de uma manifestação operária:

Ainda ontem dentro da *maior calma*, compacta legião operária encheu as ruas desta cidade para afirmar a sua *atitude pacífica* ante o objetivo que movimenta toda a nobilíssima classe dos humildes trabalhadores. Felizmente, *não é qualquer móvel politiquero* o que anima a alma popular desses bons patrícios. (Movimento operário. *Diário do Estado*, a. 3, n.754, 08/08/1917, grifos meus).

No mesmo artigo encontramos declarações que afirmam tratar-se de pedidos justos nessas reivindicações, demonstrando, ainda, certa atitude paternalista diante dessa “gente pobre” que precisa recorrer à ajuda dos seus patrões para satisfazer as suas necessidades primárias:

Querem os operários paraibanos um aumento relativamente pequeno de salário. É uma coisa *muito justa e razoável*. Ante a carestia extraordinária dos gêneros de primeira necessidade, ou o operariado se resigna passivamente à fome cotidiana, ou grita misericórdia junto àqueles que lhes podem ou lhes devem atenuar a sua precária situação. Os patrões se compenetram de que a fome já começa a estiolar essa gente pobre e sem futuro que lhes serve, dia a dia, de há muitos anos, são os braços fortes da riqueza e do bem estar de todos quantos têm dinheiro e conforto na vida. Não vejam a burguesia e os capitalistas paraibanos no movimento dos nossos operários outro intuito que não um *simples gesto do estômago* a reclamar uma cõdea maior de pão para o sustento ordinário de umas forças que estão a definhar a falta de alimento. (*Ibidem*, grifos meus).

Enfatizando, ainda mais, que se trata de “um simples gesto do estômago”, ou seja, de uma manifestação motivada por questões econômicas e não políticas, o jornal insiste em distanciar os operários do temido anarquismo:

² Para todas as citações extraídas dos jornais do final do século 19 e início do 20, a ortografia da época foi atualizada conforme as regras ortográficas vigentes.

Os operários da Parahyba, graças a Deus, *não se acham eivados do fermento anarquista*. O que eles pedem, aquilo com que eles todos se resignam é um pequeno aumento em seu jornal – tudo na conformidade do seu trabalho, dos lucros de seus patrões e das prementes necessidades da quadra atual. Olhamos, portanto, com simpatia esse movimento de nossos pobres irmãos, eis que eles tudo nos merecem, maximé [sic], assim, como se manifestam – *sem ódios, sem revoltas, sem ideias subversivas*; mas pugnando legitimamente pelo direito de viver como nós outros, como cidadãos de uma Pátria Eterrma [sic], cheia de abundância e digna de que todos os seus filhos tenham uma existência relativamente farta e abençoada. (*Ibidem*, grifos meus).

A insistência na descrição desses operários como ordeiros, pacíficos e apolíticos, e na ausência de revoltas, ódio ou ideias subversivas, chama a atenção: quais teriam sido os motivos que levaram a caracterizar a convivência entre operários e patrões dessa forma?

A tendência de referir-se às atividades operárias na Paraíba como apolíticas é geral. Os jornais fazem silêncio quanto à discussão de motivos, ideias ou motivações políticas e se mantêm, frequentemente, no âmbito de notícias curtas que só relatam o fato acontecido sem detalhá-lo. São comuns, assim, anúncios curtos sobre encontros ou festas operários, a exemplo da seguinte publicação do *Diário do Estado*, que focam nos acontecimentos artísticos ou festivos, sem discutir questões políticas:

A sociedade *União dos Operários e Proletários* promoverá amanhã uma sessão solene, comemorativa a data da fundação da República. Nessa ocasião será condecorado com expressiva medalha, tendo [de] um lado o retrato de Carl Marx [sic], o velho artista paraibano Albeto Britto, pronunciando um discurso sobre o fato a senhorita Emilia de Andréa. Ainda serão postos em vários lugares do salão da sede diversos escudos com os nomes de alguns operários de destaque em nosso meio. (Festa operaria. *Diário do Estado*, n. 241, 14/11/1915, grifos do autor).

Essa mesma festa foi ainda notificada, – em uma única frase de sete linhas – na edição do dia 17 de novembro de 1915 do mesmo jornal, limitando-se a constar sua realização sem maiores considerações. Isso reforça a visão que temos dos jornais da época, que abrem pouco espaço para notícias operárias ou, quando o fazem, focam nos aspectos apolíticos das mesmas. A *Imprensa* mostra, como já vimos no *Diário do Estado*, que a discussão de motivações políticas é deixada de fora das notícias sobre acontecimentos no âmbito operário, mesmo quando abordam reuniões de planejamento de manifestações, como mostra o exemplo a seguir:

Anteontem, à 1 hora da tarde, na sede da Sociedade Artistas Mechanicos e Liberaes, reuniram-se o partido operário e o centro operário desta capital afim de tratarem da manifestação que pretendem fazer ao Exmo Dr. João Machado no dia 22 de outubro próximo, por ocasião de deixar S. Excia o governo deste Estado [...] – Esta comissão deve reunir-se amanhã, às 7 horas da noite, na sede da sociedade acima mencionada. (Movimento Operario. *A Imprensa*, 30/09/1912, p. 2).

Também destacando o caráter ordeiro dos operários paraibanos foi a “Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba”, do dia 1º de setembro de 1917, pelo governador do Estado, Francisco Camilo de Holanda. Referindo-se à greve dos cigarreiros de 1917, conhecida como a mais importante (DINIZ, 2004) e a mais longa das greves do “turbulento mês de julho-1917” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 240), ele afirma que: “Sendo este o primeiro movimento grevista ocorrido na Parahyba, é explicável que o governo fosse procurado como autoridade e mediador entre os interesses desentendidos.” (HOLLANDA, 1917, p. 12). Mais uma vez o movimento operário e grevista é apresentado nos moldes de um operariado ordeiro, que busca a ajuda do governo como mediador das suas disputas, mesmo em um período marcado por grande número de greves e descrito como “turbulento” por Hardman e Leonardi:

Dentro desse quadro limitado, porém, o movimento operário se fez presente. Além da greve geral da *Great Western* em todo o Nordeste, em 1909, registraram-se, para o período 1917-1920, cerca de dezesseis greves operárias na Paraíba, especialmente concentradas no turbulento mês de julho-1917. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 240).

Outra observação significativa é que as greves tenham sido raramente mencionadas nos jornais durante o período de 1917 a 1920. Embora a condição dos jornais dessa época seja especialmente ruim, com páginas e edições inteiras faltando ou ilegíveis, a pouca ocorrência de notícias sobre greves nesse período turbulento permanece um fato curioso. Igualmente curiosas, além de emblemáticas, foram as prontas providências tomadas pelo governados em relação à situação dos operários:

A irrupção desta greve determinou a minha visita a certas fábricas de cigarros desta capital, cujas condições higiênicas eram das mais deploráveis, ameaçando não só a vida dos operários como também o equilíbrio da saúde pública. Tomei imediatamente as providências requeridas pela gravidade do caso, fiz retirar daquele mister intoxicante os proletários menores e emprazei os proprietários a reformar os seus estabelecimentos na conformidade das prescrições higiênicas expedidas. (HOLLANDA, 1917, p. 12-13).

Seria apressado interpretar essa tomada rápida de providências como generosidade governamental ou preocupação autêntica com as condições de trabalho. Como mostra o artigo de *A Imprensa*, talvez tenha sido motivado bem mais por prudência por parte do governador, considerando o grande temor vigente no começo do século 20 quando os levantes operários eram vistos como grande perigo para as instituições políticas e a sociedade em si:

Podemos dizer à vontade que o ano de 1915 principiou muito mal para o Brasil, com a invasão de certos elementos perturbadores no seio do operariado. Os senhores, certamente, não ignoram que o *perigo mais grave*, no século atual, *para qualquer instituição política* e, mais geralmente, *para toda a sociedade organizada*, são esses *levantes operários*, promovidos nas associações, círculos e clubes, destinados a fomentarem uma discórdia violenta entre o capital e o trabalho, visto [que] aquele [o capital] ainda não resolveu atender as reivindicações justas deste [o trabalho], nem que este [o trabalho] compreendeu os seus inferiores deveres perante a força incontestável e o poder absoluto, relativamente absoluto daquele [o capital]. (A questão operária. *A Imprensa*, n. 64, data ilegível, 1915, grifos meus).

A “discordância violenta entre o capital e o trabalho” é descrita nesse artigo como relativamente nova, ainda, no Brasil, comparada a outros países europeus como a Alemanha – “aliás, mais suave pelo espírito de disciplina que ali reina” (*Ibidem*) – ou a Itália onde essa luta é constante e violenta. Nessa comparação, afirma em relação ao Brasil:

Nos países americanos, porém, até a bem pouco tempo, o operário olhava a serio pela sua vida, *não lia folhas anarquistas*, não conhecia o cinema e, portanto, os grandes dramas sociais que nas telas se desenrolam [...]. Com a questão dos estivadores, há tempos, começou prosperamente a organizar-se o *operário revolucionário*, aquele que berra pelas ruas e faz comícios, que funda jornaizinhos avançados, que usa laço ao pescoço, que não vai à usina, que *diz mal do padre* e que afirma ser *a propriedade um roubo*. (*Ibidem*, grifos meus).

Esse excerto de 1915 é bastante elucidativo. Além de sugerir a existência, talvez imaginária, de um “operário revolucionário” e anarquista na Paraíba, relaciona o anarquismo diretamente à noção de *perigo* como elemento de discórdia e violência capaz de ameaçar a sociedade organizada, evidenciando a presença concreta do *medo da anarquia* na Paraíba.

Outra notícia, publicada poucos meses antes da mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do Estado também confirma a nossa interpretação

do caráter preventivo das suas rápidas medidas. Assim, a publicação do *Diário do Estado* do dia 31 de julho de 1917, uma das poucas encontradas que trata diretamente das greves, afirma:

De certos dias a esta parte nota-se por toda a nossa Capital um certo movimento entre as classes operárias. Os cigarreiros, os trabalhadores da casa Kronck, trabalhadores da Great Western, os estivadores de Cabedelo, têm se manifestado em greve, pugnando por aumento de salários e diminuição das horas de trabalho. Ao que sabemos, *não tem havido hostilidades por parte dos patrões*, senão no tocantes a pequenos detalhes ao formularem as tabelas. Entretanto, força é confessar, as nossas condições econômicas não permitem, como nos grandes centros, exigências, dadas as precárias condições das demais classes. [...] na vizinha capital do Sul, já *alguns desses nocivos perturbadores vão envenenando o ambiente de paz em que vivemos. Deve presidir por parte das autoridades a maior vigilância* nesse sentido, para que de envolta com a simples aspiração do operário nacional não germine a ideia fatídica de *desorganizar a harmonia reinante em nossas classes*. O meio paraibano é acanhado demais para as fortes expansões próprias de outros meios; devemos, como já ficou dito, ir *conciliando esses interesses*, quer do trabalho, quer do capital, quer do consumidor, para *evitar abalos profundos*, próprios de transformações súbitas nos costumes de uma sociedade que, como a nossa, está acostumada ao regime da modéstia em suas múltiplas relações. (A questão operaria. *Diário do Estado*, n. 727, 31/07/1917, grifos meus).

Dois aspectos contrastantes entre si chamam a atenção: de um lado a afirmação insistente, já vista anteriormente, de uma convivência harmônica e pacífica entre os operários e os patrões. Desses últimos, aliás, como afirma o jornal, sequer partem hostilidades. De outro lado, o autor clama por uma vigilância maior das autoridades e uma conciliação dos interesses, visando “evitar abalos profundos”, indicando o pavor de uma possível ameaça dessa suposta harmonia e paz. De acordo com essa notícia, uma das demandas dos grevistas era a diminuição da jornada do trabalho, uma das reivindicações tradicionais das manifestações do Primeiro de Maio. Qual teria sido o tratamento dado pelos jornais paraibanos ao “Dia do Trabalhador”?

1.2.1. Um Primeiro de Maio festivo e despolitizado

O Primeiro de Maio ocupa um lugar importante no imaginário dos movimentos operários mundiais. Em memória das greves de maio de 1886 em Chicago, e dos eventos que seguiram, especialmente o conhecido “Massacre de Chicago” e as suas consequências, essa data tornou-se rapidamente um marco tradicional de protestos operários em várias

partes do mundo. Como afirma Dommanget (1976), tudo girava em torno da redução da jornada de trabalho para 8 horas, ou, como era chamado, os “três oitos”, simbolizando 8 horas de trabalho, 8 horas de descanso e 8 horas de sono, tal como aspirava o movimento operário dessa época. Essa reivindicação não era novidade em maio de 1886 em Chicago, pois já havia sido proclamada dois anos antes pela famosa Resolução de Gabriel Edmonston que, em 1884, determinou que a redução devesse entrar em vigor no dia primeiro de maio de 1886³. Mas apenas um número pequeno de fábricas adotou a medida, beneficiando aproximadamente 125.000 operários, um “percentual insignificante”, como afirma Dommanget (1976). Esse fato gerou uma imensa insatisfação que provocou um amplo movimento grevista fortemente reprimido pela polícia.

Indignados com a repressão, os trabalhadores convocam uma manifestação no *Haymarket* com o slogan “Trabalhadores! Armem-se e aparecem com toda a força.” (DOMMANGET, 1976, p. 34). Uma bomba explode no final dessa manifestação entre os policiais matando dois no local e ferindo mortalmente outros seis; a polícia atira contra a multidão ferindo fatalmente cerca de 50 manifestantes. O episódio ficou conhecido como o “*Haymarket Massacre*” [massacre do mercado de feno]. Em seguida, foram condenados à morte os oito anarquistas que, daí em diante, ficaram conhecidos como os “Mártires de Chicago”.

Em resumo, trata-se de uma data que carrega uma memória fortemente subversiva e que remete para lutas e táticas anarquistas. Na Paraíba, o tratamento dado pela imprensa foi emblemático. Na maioria dos casos, como no *Diário do Estado* do dia 30 de abril de 1916, o destino trágico dos anarquistas executados foi ignorado pela imprensa e foram feitas somente alusões vagas sobre a “tristeza” desse dia histórico que quase desaparecem sob os anúncios da glória que esse dia representaria:

Aos companheiros[:] Passa amanhã o dia 1.º de Maio, consagrado a *festa glorificadora*, do trabalho livre. Importa para nós, operários, comemorarmos a data do início da grande luta, para a conquista de nossos direitos e liberdades. 1.º de Maio relembra a *maior glória*, – (embora envolta em sepulcral tristeza) – para a história do operariado universal, porquanto foi nesta memorável data, no ano de 1886, que rebentou, na América do Norte, a greve geral para a decretação das 8 horas de trabalho. Sim! 1.º de Maio relembra a instauração de um direito subtraído; e o protesto sublime, contra os atos infames da burguesia. (Columna Operaria. *Diário do Estado*, n. 330, 30/04/1916, grifos meus).

³ A data foi escolhida em razão do “Moving-Day” em Nova Iorque e Pensilvânia: dia em que expiravam os contratos de trabalho e aluguel – daí o nome –, tendo sido considerado, por causa disso, um dia favorável para incluir a jornada reduzida nos contratos trabalhistas.

Embora a proveniência da data não seja ignorada, os elementos positivos e festivos encontram-se enfatizados. Outras publicações demonstram maior abertura, não somente comemorando a data, mas esclarecendo, também, os leitores sobre a sua história, como por exemplo *O Educador*, jornal dos professores do ensino primário:

Primeiro de Maio foi o dia em que a classe proletária oprimida pelos mandos do capitalismo deu mais um passo agigantado para conquista das suas ideias libero-sociais. Dia de júbilo por que é pelo trabalho constante e proveitoso que o homem se eleva, que os desviados se reintegram à sociedade, que as indústrias se desenvolvem, que a coletividade chega ao mais perfeito estado social e que em paz se engrandece. Dia de luto porque lembra o início de um atentado contra o supremo anseio de liberdade da classe proletária, ferindo os mais sagrados princípios de humanidade, o qual teve como fim os acontecimentos trágicos e horríveis de 11 de Novembro de 1886, em que fora imolada a maioria dos propulsores de um grande sonho de reivindicação de direito, vítima de prepotência e dos desmandos capitalistas. Não podíamos deixar de invocar ao narrarmos neste ligeiro artigo sobre os episódios passados em Chicago em 1886 os nomes das figuras proeminentes da cruzada santa de 1.º de Maio e deixaram no meio da classe dos trabalhadores o mais radioso e sublime exemplo de abnegação pela causa do socialismo: Schnaubelt, Feicher, Fielden, Lingg, salientando-se dentre eles August Spies e Albert Parsons. (1.º de Maio. *O Educador*, n. 22, 27/04/1922).

O jornal não limita-se, como vimos, a reproduzir os aspectos positivos, ou seja, festivos do primeiro de maio. Retoma também a história trágica da data e caracteriza o dia da execução dos anarquistas como “imolação de um grande sonho”, além de transcrever as suas últimas palavras e terminar com um elogio do “belo exemplo”, dado pelos mártires de Chicago. Essa posição mais simpática ou favorável parece ser, entretanto, mais didática do que política; o que, talvez, poderia ser explicado a partir das tendências do próprio jornal. Sendo um jornal dos professores do ensino primário, propõe ser, como indicam tanto o seu título quanto a auto-declaração no seu primeiro número, um jornal “vulgarizador das verdades conquistadas” (Em prol da instrução. *O Educador*, n. 1, 01/11/1921), parece-nos que a descrição mais completa dos acontecimentos do primeiro de maio de Chicago responda à sua própria tendência didática e pelo compromisso com aquilo que consideram “verdade”. Além disso, é notório como, embora as “figuras proeminentes” citadas tenham sido historicamente militantes do anarquismo, é o socialismo que é retomado pelo artigo como causa.

A União – jornal conservador que se ocupará com frequência em criticar o anarquismo – do dia 1º de maio de 1897 oferece-se como documento valiosíssimo para revelar as estratégias em jogo por trás do clima tolerante para com essa “data dos socialistas.” (Pelo mundo. *A União*. n. 1068, 01/05/1897, p. 1). O texto demonstra, que o tratamento “positivo” do primeiro de maio era muito mais uma estratégia destinada a apaziguar os operários movida pelo pavor do socialismo. Diz o jornal:

O quarto estado, o oceano do pauperismo, agita-se hoje mais forte, branindo na fúria das reivindicações seculares, dentro da muralha enorme dos exércitos europeus. Pode-se dizer que reside apenas em tal ordem de coisas, - a paz armada, a força que contém nos limites da ordem a expansão do socialismo combatente. Quando os exércitos forem invadidos pelo mal, estará por terra o capitalismo. [...]. O que não evolue, revolue. Isto não é tão absoluto como pensam os fraseadores das escolas jurídicas; mas a propósito da questão social, a sentença tem aplicação muito cabível. Ou o capital vai pouco a pouco cedendo, ou a revolução mais terrível de todos os tempos assinalará o século XX. (*Ibidem*).

Na visão liberal é necessário oferecer pequenas melhorias nas condições dos operários a fim de evitar, pelo medo do pior, a difusão do “socialismo combatente” e, em última instância, uma revolução que acabaria com o capitalismo por completo. Desse modo, fazer pequenas concessões seria um “mal menor” para impedir o “fantasma do anarquismo” e manter o *status quo* que, até aquele momento, era mantido apenas pelos exércitos permanentes. Assim, diz *A União*:

O socialismo tem os seus exageros, as suas utopias, especialmente o que pretende rasoar violentamente a sociedade culta, como se o progresso final de nossa espécie consistisse em voltarmos a um ciclo atrasadíssimo da nossa evolução. Mas o que se impõe a todos os espíritos sérios, é a comovente e triste situação econômica e moral da maior parte dos homens, formigando na fúnebre noite da miséria, onde cada lar é uma colmeia de dores, onde o pão de todos os dias é incerto, onde a personalidade humana degradou-se até à desolada posição de bestas de carga. (*Ibidem*).

A União retoma um aspecto que já havia provocado muito debate na Europa no início do século XIX: o pauperismo (cf. Avelino, 2008, p. 274). Em seu *Ensaio sobre o pauperismo*, de 1837, Tocqueville o havia definido como um modelo de pobreza que mantém uma relação de proporção inversa com a riqueza. Assim, quanto mais rico for um determinado país, maior seria o seu número de indigentes: “veremos que, de um lado, existem aqueles que vivem no conforto e, do outro, aqueles que precisam de fundos

públicos para viver – e ambos crescem proporcionalmente.” (TOCQUEVILLE, 2003, p. 77). Essa relação assemelha-se, segundo Tocqueville (2003), a evolução da sociedade humana como um todo. No seu modelo, cada etapa de evolução cria não apenas novas formas de satisfazer necessidades e desejos existentes, mas também cria desejos novos. Descrita como incapacidade de satisfazer os seus desejos, a pobreza fica, assim, cada vez mais fácil de ocorrer, já que o crescente número de desejos dificulta a sua satisfação completa. Como o surgimento de novos desejos é muito mais rápido do que a sua transformação em necessidades, uma parcela cada vez maior da população vende a sua mão-de-obra, dedicada à satisfação de desejos alheios, submetendo-se às variações do mercado em vez de satisfazer as suas próprias necessidades. Desse modo, com o pauperismo a pobreza deixa de significar somente a não-satisfação de desejos e passa a ser, igualmente, a não-satisfação de necessidades.

Contra “essa enorme e horrível doença”, argumenta Tocqueville, nem a caridade pública, nem a caridade privada, oferecem solução: a primeira tomando “ambas as classes sob sua tutela, contabiliza-as e, colocando-as frente a frente, as deixa prontas para a luta” (*Idem* p. 101); quanto a segunda, embora “seja um poderoso agente que não deve ser desprezado, seria imprudente dela depender. Ela é apenas um dos meios.” (*Idem*, p. 111). Conforme apontou Himmelfarb (1997, pp. 10-11), a solução será encontrada por Tocqueville na “propriedade de bens que, mesmo modesta, é capaz de instilar virtudes morais e sociais para prevenção do pauperismo. [...] A questão [para Tocqueville] será, portanto, como inculcar no trabalhador industrial o espírito e os hábitos de propriedade?”. É exatamente esse ponto da estratégia liberal de Tocqueville que será retomado no jornal *A União*:

O direito de propriedade, por mais respeitável que seja, tem de ceder alguma coisa na conciliação dos interesses humanos, agora em conflito, na mais larga escala que se conhece, ou, então, de revolta em revolta, como um gigante escalando uma cordilheira, o socialismo há de chegar aos seus *desideratum*. (Pelo mundo. *A União*. n. 1068, 01/05/1897, p. 1, grifo do autor).

A estratégia evidencia que as concessões têm o objetivo de apaziguar os operários “indigentes”. Desse modo, aumentos de salário ou instituições de caridade parecem ser impostos pelo medo da revolução e vistos como necessários para a manutenção do capitalismo. O trecho a seguir torna ainda mais clara essa problemática; dirigindo-se aos seus leitores, *A União* pergunta:

Uma grande massa de homens, hoje computável em milhões, quer ardentemente outra coisa que não seja o regime atual da propriedade. E este desejo vai todos os anos angariando os votos, conquistando as almas, quando essa aspiração se converter em fé, quem pode calcular a força dessa avalanche de crenças comuns em torno da mesma aspiração, coêsa, pertinaz, fortalecendo-se, como todas as grandes coisas, no próprio martírio de seus religionários. (*Ibidem*).

Nota em seguida, que tudo o que separa os operários, indigentes e “socialistas combativos”, da satisfação imediata dos seus desejos reprimidos são as armas dos soldados que, eles também, não são ricos. É pouco, então, o que impede os soldados de virarem sua armas contra seus próprios patrões:

Para se apanhar claramente a precariedade inerente ao capitalismo moderno, basta considerar que a sua guarda está confiada aos exercitos permanentes, e que o soldado não é um rico. Ai da plutocracia quando os livros de Lassalle, de Lamon, de Grave, de Bebel, de Kropotkin, de Marx, forem lidos pelo soldado europeu!... (*Ibidem*).

Resumindo, seria possível interpretar o clima festivo e tolerante em relação ao primeiro de maio como parte da estratégia liberal de pacificar os movimentos operários e de afastar o “fantasma do anarquismo”. As notícias sobre o primeiro de maio continuam perseguindo a tendência de despolitização do acontecimento histórico. Não se configura, assim, como autêntica abertura para os operários, mas trata-se de uma estratégia política visando a manutenção do *status quo* e o afastamento de elementos capazes de introduzir subversões no sistema vigente. Anos mais tarde, João Luiz Alves, então ministro do interior da República, demonstra como ele entende o papel da imprensa ao ensaiar sobre esse assunto no *Jornal do Commercio* de Pernambuco no dia 12 de março de 1924. Esse ensaio encontra-se impresso e comentado no periódico paraibano *O Jornal* do dia 5 de abril de 1924, elogiado como “bela lição de moral jornalística”. Resumido, assim, o comentário de *O Jornal*, reproduz-se, aqui, o texto de João Luiz Alves:

Nunca, como hoje, *a missão da imprensa*, entre nós, foi tão árdua, tão espinhosa e tão delicada, desde que se compreenda que essa missão, só pode ser um apostolado de propaganda pelo bem social; moral e político da nossa Pátria. *O sopro de anarquia moral e mental*, que devasta o mundo civilizado, como consequência inevitável do desprezo pelas grandes conquistas da moral cristã e dos princípios do direito privado e da justiça internacional, estabelecidos pela civilização, desprezo que é o mais funesto efeito da grande guerra, está *exigindo uma reação*

conservadora, sadia e forte, que restabeleça o equilíbrio de forças espirituais capazes de reconduzir os povos e os homens para a estrada larga, momentaneamente esquecida, da *ordem*, da *paz* e da *cultura*. Entre aquelas forças espirituais e como a *mais eficiente* – coloco a imprensa. Tem ela neste momento, dois rumos: - à *direita*, o do *bem*, pela predica da amizade entre os povos, da fraternidade entre os homens, da concórdia entre os cidadãos e pela crítica serena e polida dos atos dos governos, incitando-se ao desvelo pelo bem público, condenando, para que os repare, erros cometidos, aplaudindo, para que os repitam, atos de acerto, em favor da comunhão nacional, - à *esquerda*, que é a sinistra, o *rumo mal*, servindo aos desenfreados apetites da turba ignorante, mas boa, que só se alimenta da injúria, da calúnia e do escândalo, por falta de educação, que certa imprensa contínua a perverter, infelizmente. Os bandeirantes da estrada do mal não conduzem, mas são conduzidos – *malgré eux* – e, ai! deles! se não satisfazem diariamente o indigno apetite de uma clientela amoral e pervertida. Os do *bem*, que afinal *sempre triunfam*, terão dificuldades a superar, mas realizarão fatalmente a obra reconstrutora da civilização humana – e, aqui, a da grandeza e prestígio da nossa Pátria. E entre esses obreiros do bem que espero ver sempre, como tem estado até hoje, o *Jornal do Commercio*, de Recife, glorioso baluarte de civismo. Só assim lhe posso desejar vida longa e constante prestígio. (O papel da imprensa. *O Jornal*, n. 110, 05/04/1924, p. 1, grifos meus).

Esse artigo é bastante esclarecedor sobre a interpretação da missão da imprensa segundo João Luiz Alves. Descrevendo o papel da imprensa como ferramenta do “bem social, moral e político”, o autor enfatiza a possibilidade do seu uso contra o “sopro da anarquia moral e mental”, contra o qual, afirma, é uma das forças mais eficientes. O jornal sugere a presença do medo da anarquia, contra a qual exige “fortes reações conservadoras” para garantir a constante vitória do “bem”, contra o mal e pervertido rumo da “esquerda” e do anarquismo.

A presença anarquista na sociedade paraibana no início do século 20 é, como podemos perceber, bastante concreta. Nada autoriza supor que toda essa tinta empregada em páginas e páginas de jornais da época tenha sido motivada apenas pela fantasia de uma classe política temerosa pela ordem pública. Seria mais produtivo para a análise supor, ao contrário, que se tratou de um temor cujas justificativas poderiam ser encontradas no frágil quadro político do Estado republicano da época. Em todo caso, para o escopo do nosso trabalho cabe apenas perguntar: afinal, por que a anarquia seria tão temível?

1.3. Visões da anarquia

Diferente da posição dos jornais em relação a movimentos operários moderados, o uso dos *termos* anarquismo e anarquia na imprensa convencional é

exclusivamente negativo. Encontra-se utilizado frequentemente como adjetivo, expressando negatividade ou, em relação a tópicos aos quais os autores se contrapõem veementemente, na tentativa de desvalorizá-los. Assim, *anarquismo* assume, para os autores desses jornais, o sentido de caos, mal, desordem, ateísmo, maçonaria, bem como tudo aquilo que poderia expressar aversão.

Existem vários exemplos desses usos, como o jornal *Gutenberg, Orgam dos interesses da classe typographica*, descrevendo o socialismo como “Ideia errônea, absurda” (Socialismo. *Gutenberg*, n. 2, 27/07/1909) defendendo, ao contrário, os ideais da meritocracia. *A Imprensa*, jornal católico é o exemplo mais emblemático. O jornal utiliza o termo *anarquista* para designar os opositores em debate sobre um projeto de lei que previa tornar obrigatório o ensino leigo nas escolas. *Anarquistas*, nesse artigo, são todas as pessoas que se expressaram favoráveis a tal projeto, defendendo o ensino neutro, ou como é chamado pelo jornal, o “ensino ateu”. (Imposição criminosa. *A Imprensa*, n. 31, 28/11/1912). Segundo o jornal, “Só ateus e anarquistas podem ser partidários do ensino neutro.” (Imposição criminosa. *A Imprensa*, n. 31, 28/11/1912).

Em outra edição, do dia 13 de setembro de 1915, acusa o materialismo de ser a “causa de todos os males que mais nos afligem” (O Materialismo. *A Imprensa*, n. 5, 13/09/1915), pois ele seria o responsável por eliminar a crença ao povo pelo indiferentismo religioso, dando lugar às paixões, à inveja, a todas as ambições até levar ao socialismo e comunismo.” (*Ibidem*). Desse modo, define:

O materialista, sempre egoísta, odeia a humanidade reduzindo a máquinas de trabalho os simples e os ignorantes. Não temendo a Deus e não querendo acreditar na vida futura é como qualquer animal cuja existência só consiste no gozo. (*Ibidem*).

Contra esses ateus ignorantes, vivendo só pelo prazer – como são descritos – faz um apelo:

Contra este tão perigoso inimigo devemos nos levantar, e unidos combatê-lo sem tréguas, e principalmente quando já espalhado nas últimas camadas sociais que, sem quase nenhuma instrução, facilmente se deixam arrastar por essas teorias pregadas por aqueles que as querem ter como instrumento cego em suas mãos, procurando introduzi-los na família onde já não pequenos males vão produzindo. (*Ibidem*).

Percebe-se aqui a forte relação que é feita entre socialismo, anarquismo, materialismo, ateísmo, ignorância e obscurantismo. Em outro artigo *A Imprensa* fornece outro exemplo de associação: a *anarchia intelectual*:

Assim como há anarquia política em que uma nação sem governo se acha próxima ao risco de ir a pique, assim também existe a intelectual que deixa sem leme o frágil esquife da nossa inteligência. Ninguém compare o entendimento humano com esses navios possantes que tão firmes se deslizam sobre as águas agitadas; considere-o como um ligeiro batel, pois tão facilmente se deixa abater pelo sopro perturbador do mais leviano sofisma. Eis porque se não foi bem educado na disciplina severa da lógica, torna-se joguete de qualquer doutrina por insustentável e absurda que ela seja e assim se explica como hoje espíritos, aliás, esclarecidos em algum dos ramos científicos, não tenham aprendido a pesar o valor dos argumentos, caem nas maiores ilusões quando se trata de matérias religiosas. Como não estudaram teórica e praticamente as leis da lógica, enganam-se como crianças. (*Anarchia Intellectual. A Imprensa*, 11/03/1915, p. 1).

A anarquia, identificada com o risco de tumultos quando no âmbito político, é associada à deriva intelectual quando “não se foi educado na disciplina severa da lógica”: anarquia intelectual como falta de lógica, exposto à fácil manipulação e suscetível a enganos infantis. A anarquia intelectual perverte até mesmo àqueles espíritos esclarecidos pelos ramos científicos.

Outro exemplo emblemático da imprensa paraibana é o *Diário do Estado*. Como vimos anteriormente, o jornal dava “graças a Deus” pelo fato dos operários da Paraíba “não se acharem eivados do fermento anarquista” (Movimento operário. *Diário do Estado*, a. 3, n. 754, 08/08/1917), uma declaração que expressa bem o perigo da presença anarquista. O jornal explicita as razões desse medo publicando uma notícia apenas seis dias após em que descreve no município de Santa Rita a existência de um “trabalho constante de anarquia, visando o desprestígio das autoridades, em prejuízo para a ordem pública.” (Santa Rita. *Diário do Estado*, n. 739, 14/08/1917). A situação é relatada da forma seguinte:

Sabemos que, mesmo em praça pública, conhecidos desordeiros, entre eles o de nome Floriano de tal, têm dirigido verdadeiros insultos ao Prefeito, que é ao mesmo tempo delegado de polícia. Um estrangeiro, célebre promotor de levantes operários, chegou mesmo a aconselhar que cuspissem na cara da autoridade. (*Ibidem*).

Essa descrição de “conhecidos desordeiros”, que minariam ativamente a autoridade no município, sugere a existência de práticas anarquistas no estado da Paraíba. Outras visões do anarquismo podem ser observadas no jornal *A União*. Como dito anteriormente, *A União* é um jornal conservador, característica visível na sua forma de definir e entender o anarquismo. Nele há artigos, já em 1896, descrevendo-o como resultado do sentimento de revolta, que, segundo o autor, se agrava na “raça latina”:

O sentimento de revolta, cuja exacerbação, em todas as ambiências da vida privada e pública, é estudada pacientemente por A. Hamon como origem e causa do anarquismo-socialista, à luz de documentos acumulados, lavra no meio brasileiro, e no mais crítico momento de nossa história. (Os revoltados. *A União*, n. 911, 26/09/1896).

O artigo conclui descrevendo a “raiva anarquista” como vírus contagioso contra a ordem republicana (*Ibidem*). *A União* continua no número seguinte com uma notícia inteira intitulada “O espírito de revolta”, no qual exalta o “respeito à lei” e a “liberdade dentro da ordem.” (O espírito de revolta. *A União*, n. 912, 27/09/1896), defendendo a repressão governamental como necessária, caso a autoridade veja-se ameaçada: “a autoridade ameaçada por todos os modos tem a necessidade iniludível de lançar mão dos remédios enérgicos, com prejuízo muitas vezes dos interesses individuais.” (*Ibidem*).

O artigo nega que o descontentamento e os levantes tenham chegado aos operários brasileiros, mas admite que a presença anarquista já seja sentida no contexto político de 1896:

Mas o fenômeno da anarquia, que mais tarde se complica com essa feição econômica, já se manifesta intensamente na esfera política, aproveitando o desacordo reinante entre os que amam a república apesar de tudo e os que a combatem, mesmo quando parecem defendê-la. (*Ibidem*).

Em outro artigo publicado no começo do ano 1899 sobre a “Indústria do Leite”, *A União* compara a indústria agrícola brasileira com a europeia. Na medida em que lamentava não haver no Brasil uma lei que “obriga ao homem valido e cheio de forças a trabalhar e vir concorrer com a sua pessoa para o desenvolvimento do seu país” (Indústria do Leite. *A União*, 21/03/1899, p. 3), chamava a atenção para o perigo das “associações perigosíssimas para a paz do universo, como o socialismo, o anarquismo e outras” (*Ibidem*), tais como se podia observar na Europa, especialmente pelas frequentes notícias

sobre atentados feitos por anarquistas. Assim, escreve *A União* no dia 12 de agosto de 1897:

Em Madrid, foi assassinado a tiros de revólver de grosso calibre, por um anarquista italiano, o presidente do conselho de ministros, Canovas del Castillos. O ministro de guerra assumiu a presidência. Altas personagens de toda a Europa têm dado pêsames à Espanha pela morte de Canovas. (Telegrammas. *A União*, 12/08/1897, p. 3).

Dizia também no dia 16 de setembro de 1898, que “A imperatriz da Áustria foi aqui vítima de punhal de um anarquista italiano, que matou-a quando a augusta senhora deixava o hotel. O assassino foi preso.” (Telegrammas. *A União*, 16/09/1898, p. 2).

Mais tarde, em 1924, *O Jornal* noticiou um caso que ganhou repercussão nacional na primeira página:

Continua a impressionar o espírito público o bárbaro e covarde atentado de que foi vítima o bravo e intrépido general Polyguara, uma das figuras mais notáveis e queridas do exército nacional. (Innominavel atentado. *O Jornal*, n. 220, 02/09/1924, p. 1).

O general recebeu uma bomba por encomenda que, ao abri-la, o feriu gravemente decepando suas mãos. É explicável que essa notícia tenha recebido maior destaque, tendo em vista que no Brasil, segundo o artigo, “ainda não se havia passado um caso que com este se aproximasse, na brutalidade e hediondez da sua concepção.” (*Ibidem*). Assim, o episódio é interpretado como sinal para o futuro:

Esse insidioso ensaio de rubro e feroz anarquismo, que age nas trevas dos conciliábulos, e que vem ensombrar de negras preocupações a própria vida das figuras primaciais da República, é um *prelúdio desalentador* de uma grande desgraça que paira sobre todos nós, e que urge evitar [que] se propague, seja por que meio for. (*Ibidem*, grifos meus).

Insidioso, rubro, feroz, conspirador das trevas, sombrio, grande desgraça, foram todas associações possíveis à prática anárquica. Existem ainda outras. Vejamos ainda duas que se destacam especialmente por sua frequência: ateísmo e maçonaria.

1.3.1. Anarquismo, Irreligião e Maçonaria

A ligação com a anarquia feita com maior frequência pelos jornais de 1890 a 1930 foi com a religião, ou melhor, com sua ausência. Como já visto previamente, os termos anarquismo, ateísmo e irreligião foram usados como sinônimos, como mostra o caso da discussão sobre o ensino leigo no jornal *A Imprensa* do dia 28 de novembro de 1912.

Em 1914, esse jornal católico explica o anarquismo como “fruto deste século de descrença e ateísmo” (Irreligião e anarchia. *A Imprensa*, 19/03/1914) e alerta, ao mesmo tempo, para o *perigo* e a *ameaça anarquista*, capaz de arruinar toda a civilização. O jornal estabelece uma relação causal direta entre a irreligião, vista como perda da moral, e a anarquia, com intuito de estimular a religião como o único meio capaz de impedir o progresso da ameaça anárquica:

A anarquia que se alastra pelo país inteiro e que ameaça arruinar pela base o edifício de nossa civilização é fruto deste século de descrença e ateísmo. Não existindo mais, entre os principais responsáveis pelo nosso destino político e social, esse cunho de justiça e gravidade que a moral evangélica ensina, desaparece também o respeito, a confiança e o princípio de obediência entre os súditos. Os próprios governos e homens políticos preparam, muitas vezes, sem que o percebam, o pão amargo que lhes oferecem as sedições triunfantes. É, portanto, uma paga à imprevidência e às injustiças que se praticam nos poderosos arrais que dirigem o resto da nação. Nem por isso os casos lamentáveis que hora presenciamos, servirão de exemplo a muitos que se fazem surdos ao aviso da Providência que, por esse meio, patenteia os crimes dos homens. (*Ibidem*).

A *União* do dia 30 de setembro de 1898 traz outra notícia relacionada ao mesmo assunto, mas proveniente da Itália. Publica uma Carta Encíclica do Papa Leão XIII ao povo italiano no qual ele chama a atenção sobre os “progressos inevitáveis do socialismo e da anarquia e sobre os males sem fim a que expunham a nação.” (A verdade se impõe. *A União*, 30/09/1898, p. 2). Socialismo e anarquia foram vistos pelo próprio Papa como motivos da perversão e corrupção:

Não só se não tomou medida alguma reparadora, mas pelos livros, pelos jornais, pelas escolas, pelas cadeiras, pelos clubes, pelos teatros, continuou-se a semear largamente os germens da irreligião e da imoralidade, a abalar os princípios que geram num povo os costumes honestos e fortes, e espalhar as máximas que têm por consequência infalível a perversão da inteligência e a corrupção do coração. (*Ibidem*).

Perversão da inteligência, corrupção do coração, imoralidade, etc., foram outras associações feitas pela igreja católica e sustentadas pelo próprio Papa.

Além disso, outra relação vista com frequência foi entre a anarquia e a maçonaria. Em um artigo longo, intitulado “Anarchismo Maçonico”, *A Imprensa* publicou no dia 15 de dezembro de 1914 uma circular da Maçonaria milanesa descrita como documento secreto. Antes de reproduzir o texto na íntegra, enfatizam uma parte específica:

Limitar-nos-emos a fazer ressaltar um ponto apenas da circular, onde se fazem votos para que do choque de duas civilizações surja uma era livre de *tronos* e de *altares*, era de fraternidade entre os povos! (Anarchismo Maçonico. *A Imprensa*, 15/12/1914, grifos do autor).

Na circular supostamente secreta a Maçonaria expressa ideias anárquicas, imaginando uma sociedade sem tronos ou altares, ou seja, sem governo e sem religião, como deixam claro:

Trata-se, pois, de um verdadeiro e estrito ostracismo ao princípio de autoridade e a fraternidade a qual tendem os maçons é exatamente a da anarquia, que não quer nem leis, nem governos, e que é guiada só pelo sentimento da natureza. (*Ibidem*).

É citada na circular a data de 20 de setembro de 1870 que representa a Tomada de Roma, o fim do *Risorgimento* italiano e a vitória sobre o vaticano; acontecimentos, portanto, que teriam inspirado o desejo maçônico. Isso leva *A Imprensa* a afirmar ser precisamente esse o “motivo pelo qual nós os católicos temos uma razão a mais para rejeitar uma data que indica o triunfo do mais franco anarquismo.” (*Ibidem*). Em seguida, identifica a maçonaria com o anarquismo e o ateísmo, declarando ambos inimigos: “são coisas, de resto, não novas porque nós e os maçons estamos, respectivamente, nas nossas posições de combate, nós pela religião do nosso povo, eles pelo ateísmo das suas Lojas.” (*Ibidem*). Nessa mesma linha de pensamento encontra-se o artigo “O que é a maçonaria”, publicado em *A Imprensa* a partir do jornal *A Palavra* do Pará:

A mãe da anarquia. O comitê de defesa dos soldados que protestaram contra a lei dos três anos, em que domina o elemento maçônico, publicou um manifesto assinado pelos FF.: A. Naquet, L. A. Laisant, Bled, Sicard de Plauzolle, etc. Daí extraímos as frases seguintes relativas aos soldados revoltados: “Não investigamos aqui com que direito, com que autoridade moral, os que violaram no seu espírito uma das leis fundamentais da Nação, podem castigar súditos que se insurgiram por algumas horas, contra a *disciplina* militar. Mas estes súditos são nossos *filhos*, estes

súditos são nossos irmãos. Não toleramos que com eles se use de arbitrariedade e crueldades”. (O que é maçonaria. *A Imprensa*, 11/09/1913, grifos do autor).

Nesse artigo a maçonaria é chamada de *mãe da anarquia* por defender uma insurreição de soldados; em relação a isso, o artigo conclui:

Não é isto uma prova de que a F.:⁴ M.: fomenta a anarquia? Sob o pretexto de que os revoltosos são seus filhos e irmãos não recaem sob a sanção da lei?! O cidadão, o soldado, o funcionário, pode cometer toda a imaginada malandragem, sem incorrer nas penas com que a lei comuta os seus crimes: não serão castigados desde que ornem o seu nome com os três reconhecidos pingos. (*Ibidem*).

Foi assim que, de modo geral, os termos anarquia e anarquismo serviram para desqualificar certos indivíduos, grupos e ou associações cuja simples existência despertava sentimentos de perigo e ameaça da ordem pública. A partir de todas essas evidências históricas seria possível discernir a presença anarquista associada a certo número de práticas: a anarquia foi associada com agitações e revoltas, com a fundação de jornais clandestinos; com práticas criminosas, com terrorismo, atentados ou assassinatos; com a perturbação da ordem e atentados ao pudor; com a prática de faltar ao trabalho, com a difusão da irreligião e do ateísmo, bem como dos ideais do ensino neutro; com uma vida dedicada aos prazeres e com insultos a autoridade. Todas práticas promotoras de ódio, raiva, perversão, corrupção, aspirações subversivas, levantes operários, bem como causa da destruição do respeito, da confiança e da obediência.

Todas essas associações são bastante significativas por alguns motivos: primeiro, recusam uma vinculação unitária e identitária ao movimento operário urbano e ao sindicalismo: anarquista é simplesmente qualquer um que sustente tais práticas anárquicas. Segundo, sugerem que, tendo em vista a ausência de um movimento político anarquista organizado na Paraíba, os atores dessa anarquia e desse anarquismo são mais difusos e descentralizados do que o tradicional sujeito histórico marxista. Tais agentes não possuem classe, não possuem filiação, não possuem identidade fixa: são nômades, vagabundos, operários, ladrões; trata-se, como disse Certeau (1998, p. 57), do “homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável.” A única coisa que os identifica e os coloca em uma mesma categoria é seu encontro com o poder.

⁴ O uso do símbolo ∴ depois da primeira letra do nome na assinatura é uma tradição da maçonaria e simboliza os seus três pilares (igualdade, liberdade e fraternidade).

Daí a necessidade de olhar para elas fora de uma identidade que as totalize para perceber a multiplicidade de suas práticas e táticas. No próximo capítulo apresentaremos uma leitura baseada em Certau, May e Levi que possa apreender, pensamos, essas práticas e táticas a partir de uma “cultura do subversivismo” múltipla e difusa.

CAPÍTULO II – CULTURA DO SUBVERSIVISMO: PENSANDO AS PRÁTICAS ANARQUISTAS COMO TÁTICAS

Começamos por retomar um breve trecho já citado do jornal *A União*, escrito em setembro de 1896, que diz: “o fenômeno da anarquia [...] já se manifesta intensamente na esfera política, aproveitando o desacordo reinante entre os que amam a república [...] e os que a combatem.” (O espírito de revolta. *A União*, n. 912, 27/09/1896). A ideia de que a anarquia teria se aproveitado do desacordo e da fraqueza política da época é bastante significativa. Anarquia, vista assim, poderia ser aproximada da definição das táticas de Certeau (1998). Descrevendo-a como “arte do fraco”, a tática nos moldes de Certeau utiliza “as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.” (CERTEAU, 1998, p. 101).

Ao defender uma compreensão da presença do anarquismo na Paraíba a partir dessas práticas anárquicas e subversivas, pareceu-nos útil retomar uma discussão a respeito daquilo que poderíamos chamar de *subversividades*. Talvez seja possível pensar que esses homens ordinários (CERTEAU, 1998), ligados uns aos outros somente pelo fato de compartilharem a mesma condição de *subversivos*, poderiam ter criado um ambiente de subversividade na Paraíba que permitisse afirmar a existência de uma “cultura do subversivismo” nos termos de Carl Levi (2007). Entretanto, essa noção requer um distanciamento do conceito de *subversivismo* pensado por Gramsci (1999), e que foi definido pelo marxista italiano nos seguintes termos:

O fato histórico da *ausência de uma iniciativa popular unitária* no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como *reação* das classes dominantes ao *subversivismo esporádico, elementar, não orgânico*, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas”. (GRAMSCI, 1999, p. 393, grifos meus).

O *subversivismo* de Gramsci descreve práticas subversivas como pré-políticas e desorganizadas, resultantes de uma falta de unidade das “massas populares”. Trata-se, segundo Gramsci (1999), de atos de revolta cega, sem direção específica, identificados com o anarquismo com o objetivo de desqualificá-lo. Gramsci criticou o anarquismo, em termos similares, pela sua falta de doutrina (Gramsci, 2004a, p. 283), por não dedicarem a

sua luta exclusivamente contra a classe dominante (*Idem*, p. 280), por sua cisão entre operários e intelectuais (Gramsci, 2004b, p. 97) e por apostarem demais na “propaganda educativa” (*Idem*, p. 98) em detrimento da experiência das vanguardas.

Para atestar a força teórica do argumento gramsciano basta pensar como o viés é ainda predominante, de modo que os movimentos sociais brasileiros continuam sendo analisados a partir de noções como “revolução passiva” ou em termos de uma carência de organização institucional e capazes apenas de um “subversivismo esporádico”, negando mesmo a existência de movimentos operários ou de movimentos políticos antes da formação do PCB ou mesmo antes de 1930 (VIANNA, 1996; SEMERARO, 2014). É o que indica, por exemplo, Vianna:

Nesse sentido, embora consistindo em um processo desferido na periferia do mundo e sem alcance universal, é marca da revolução passiva no Brasil a sua precocidade, o que certamente dotou, mais tarde, suas elites políticas de recursos políticos a fim de manter sob controle o surto libertário que, originário das revoluções europeias de 1848, se disseminou pelo Ocidente. (VIANNA, 1996, paginação irregular).

Embora não seja o escopo desse trabalho discutir a validade dessas proposições, faz-se necessário delas se afastar para adotar uma proposição fora do negativismo e da desqualificação do gramscianismo. Daí nossa opção pelos termos *cultura do subversivismo* ou *subversividades*. Segundo Levi (1999, 2007), são termos que se afastam da negatividade herdada pela visão gramsciana. Ao usar esses termos pretendemos dar destaque a condição de subversividade em que se encontravam os “heróis comuns” descritos acima por Certeau e valorizar suas múltiplas práticas subversivas e anárquicas. Retomando o termo *subversivismo*, definido como “rebelião espontânea, desfocada e um estado de espírito contra o Estado e em geral contra a classe dominante” (LEVI, 2007, p. 147), Levi afirma que se trata sempre de “algo mais”:

Sempre foi algo mais que uma simples sensação de rebelião espontânea contra o Estado. Foi uma atitude, um estado de espírito, que se espalhou para fora das fronteiras da esquerda *per se*. (*Ibidem*).

Além disso, ele deixa claro (LEVI, 1999) que o *subversivismo* sempre teve o seu lugar na sociabilidade socialista e anarquista italiana durante os seus altos e baixos, desde o fim do *Risorgimento* em 1870 até o final da Segunda Guerra Mundial em 1945. Segundo o autor, o subversivismo e o anarquismo teriam formado uma espécie de

subcultura paralela – que ele chamou “segunda cultura” (LEVI, 1999, p. 4) – ao socialismo mais popular e moderado. É importante, porém, entender essa “segunda cultura”, “cheia de símbolos e heranças anarquistas”, não como *segunda* no sentido hierárquico. Essa cultura do subversivismo, que foi criada pelos anarquistas italianos, sempre foi encontrada no epicentro das ondas de protesto e, como o autor enfatiza (1999), a sua presença sempre foi sentida fortemente pelo seu alto grau de ativismo e influência, embora o número de membros nas suas organizações sempre foi relativamente baixo. Assim, embora constituíssem uma *cultura de subversivismo* específica, jamais ficaram às margens da esquerda italiana e desempenharam papéis fundamentais nas ondas de protesto. Essa interpretação está também em acordo com o que Newman afirma a respeito do anarquismo de forma geral, descrevendo-o como influente, em relação aos movimentos operários, mas nunca hegemônico:

Apesar da originalidade surpreendente de alguns pensadores anarquistas clássicos, os anarquistas estiveram frequentemente mais preocupados com a prática revolucionária do que com a teoria. Porém, ainda que o anarquismo tenha exercido historicamente certa influência sobre os movimentos operários, bem como em outras lutas radicais, jamais foi politicamente hegemônico como o marxismo. (NEWMAN, 2012, p. 104).

Essa ausência de hegemonia encontra sua contrapartida justamente na multiplicidade das práticas subversivas constitutivas do anarquismo e da anarquia. Se Gramsci compreendeu o *subversivismo* de forma tão negativa, foi para, ao menos em parte, distanciar-se das correntes políticas que ele considerava “concorrentes”, como argumenta Levi:

Atrás da análise gramsciana do *sovversivismo* [subversivismo] está uma tentativa de distanciar-se das assim chamadas forças nômades do anarquismo, sindicalismo e do socialismo mussulino que ele achou bastante atraente quando jovem. (LEVI, 2007, p. 150).

Uma tentativa compreensível, considerando a criação de uma nova linha de marxismo por Gramsci, baseada nos conselhos de fábrica, para competir pela influência sobre as oficinas italianas com outras formas de socialismo. Gramsci buscava abrir espaço para a sua vertente a partir da depreciação de outras que exerciam forte poder de atração. Desse modo, Gramsci:

Pretende diferenciar seu comunismo marxista-libertário/gentileano/soreliano em termos de conselhos operários da variedade “subversiva” do socialismo libertário e do anarquismo. (*Idem*, p. 149).

Assim, o conceito de subversivismo foi usado por autores como Antonio Gramsci ou Claudio Treves, para subdividir o socialismo em duas classes, baseando-se nos ensinamentos de Lombroso. De um lado, o socialismo moderado e sadio, o socialismo filho ou filha do trabalho, inteligente e honesto. De outro, o anarquismo de inspiração criminosa, da multidão subversiva e das *classi pericolose* [classes perigosas] (LEVI, 2007). Nas palavras de Claudio Treves:

A mentalidade do proletariado nada tem em comum com a mentalidade da multidão, ou seja, com a população comum ou a escória urbana. A luta de classes implica consciência, reflexão, táticas, organização, solidariedade: isto é precisamente a antítese da multidão que é apenas instinto, impulsividade, brutalidade, falta de disciplina e egotismo. (TREVES, 1901, *apud* LEVI, 2007, p. 150).

Além disso, os autores identificaram diretamente o subversivismo e o movimento anarquista, “considerado por muitos”, afirma Levi (2007, p. 152) como “a quintessência do *sovversivismo*”. É notável o quanto a diferenciação entre socialismo moderado e multidão subversiva se assemelha à diferenciação operada pela imprensa paraibana entre o operário ordeiro e aquele “eivado do fermento anarquista”. (Movimento operario. *Diário do Estado*, a. 3, n. 754, 08/08/1917).

Foi para distanciar-se do nomadismo do anarquismo que, como argumenta Levi (2007), Gramsci criticou as práticas subversivas encontradas por ele tanto no “socialismo libertário” quanto no anarquismo. Nesse trabalho propomos um percurso inverso: partir da noção de nomadismo, da ideia do homem ordinário de Michel de Certeau, para perceber nesse homem comum o agente de práticas anarquistas evidenciadas nos jornais paraibanos. Talvez se encontre aqui uma possível explicação do silêncio da historiografia oficial sobre o anarquismo na Paraíba. Como sugerimos, uma causa desse silêncio pode ser encontrada no uso de uma lente historiográfica marxista, que, como Gramsci, vê o anarquismo e as suas práticas como pré-políticas ou proto-proletárias, rejeitando-os por não merecerem a atenção da historiografia. Porém, outra coisa pode ser encontrada no próprio agente dessas práticas observadas. Como nota Certeau (1998) na sua definição das táticas, elas constituem práticas cotidianas que não dominam o tempo ou acumulam algo *próprio*, já que sempre jogam no campo do inimigo, e existem como

nômades, sempre em movimento: “a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’.” (CERTEAU, 1998, p. 47). O que é importante notar, nessa noção de tática, é a sua existência fugaz, momentânea, sem prender o tempo e sem criar um *discurso* próprio, dedicando-se ao agir e aproveitar em vez de dominar e contar, coisa que seria *próprio* das estratégias. Desse modo, não é apenas no fato de serem práticas *anarquistas*, mas sobretudo por serem táticas – e não estratégias –, nos moldes de Certeau, que se deve buscar a razão de terem sido desprivilegiadas pela História que, tal como a Estatística, é frequentemente falha ao perceber os homens comuns e as suas práticas nômades, como o autor argumenta:

Decompondo essas “vagabundagens” eficazes em unidades que ela mesma define, recompondo segundo seus códigos os resultados dessas montagens, a enquete estatística só “encontra” o homogêneo. Ela reproduz o sistema ao qual pertence e deixa fora do seu campo a proliferação das histórias e operações heterogêneas que compõem os *patchworks* [colcha de retalhos] do cotidiano. (*Idem*, p. 46).

Não encontramos na historiografia oficial essas práticas que ficam como “menores”, sempre no entanto presentes, embora não organizadoras de um discurso (*Idem*, p. 115). Seria possível entender o silêncio sobre o anarquismo na Paraíba a partir dessas duas formas de leitura. De um lado, pelo uso de uma lente marxista na historiografia, que descarta o anarquismo a partir da leitura negativa que Gramsci fez do *subversivismo*; do outro lado, pela tendência homogeneizadora da história que percebe a “colcha”, ou seja, os discursos hegemônicos criados pelas estratégias dos “sujeitos do querer e poder” (*Idem*, p. 99) e deixa passar os “retalhos”, as táticas, práticas cotidianas que não criam os seus discursos *próprios*. É, portanto, todo um universo que fica de fora da análise:

Resta ainda perguntar o que é que acontece com outros procedimentos, igualmente infinitesimais, que não foram “privilegiados” pela história, mas nem por isso deixam de exercer uma atividade inumerável entre as malhas das tecnologias instituídas. (*Idem*, p. 116).

São esses procedimentos desprivilegiados pela história que constituem o foco dessa pesquisa; as inúmeras práticas anarquistas que foram descritas e publicadas nos jornais paraibanos entre 1890 e 1930 com o intuito de advertir os leitores do seu perigo, já que com a sua chegada “desaparece também o respeito, a confiança e o princípio de obediência entre os súditos.” (Irreligião e anarquia. *A Imprensa*, 19/03/1914). São as táticas, empregadas pelo homem comum sem preocupar-se em criar discursos ou *fazer*

história. E são assim, os próprios “caminhantes disseminados” que entram na análise, como assinalou Michel de Certeau:

Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas, nas representações escritas, vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas. Os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados dos lados, e depois fixar-se enfim na multidão do público. (CERTEAU, 1998, p. 57).

Seguindo nessa linha de pensamento, reconhece-se a forte interrelação entre as relações de poder e o próprio conhecimento. Muito daquilo que acreditamos “saber”, ou do que afirmamos conhecer como “verdade”, não independe das relações de poder nas quais estamos inseridos e é parcialmente criado por elas, como afirma May (1994). Desse modo, uma análise desse tipo de leitura da História que ignora as práticas anarquistas na Paraíba encaixa-se no entendimento de Deleuze do conhecimento como *efeito*. A afirmação de Deleuze que “a história de uma coisa, em geral, é a sucessão de forças que tomam posse dela e a coexistência de forças que lutam pela sua posse” (DELEUZE, 1983, *apud* MAY, 1994, p. 68) reforça a interpretação do silêncio sobre o anarquismo como resultado de uma predominância da visão política que o compreende como desmerecedor de atenção. Segundo Deleuze, como explica May (1994), é necessário, para entender o mundo, não apenas absorver o conhecimento como produto, mas compreender as forças que o geram. Desse modo, ele diferencia o conhecimento, como produto, do pensamento, que é a tentativa *subversiva* de entender as forças que o criam. Ao estudar o anarquismo na Paraíba a partir de uma cultura de subversivismo, esse trabalho busca, nesses termos, *pensar* as práticas anarquistas como práticas alternativas, promovidas, como aponta May (1994), para criar *espaços locais* de liberdade em vez de perseguir uma liberação universal. Trata-se, assim, de práticas de liberdade, nos termos de Newman:

No entanto, embora nunca possamos transcender o poder totalmente – porque sempre haverá relações de poder de algum tipo em qualquer sociedade – podemos modificar radicalmente esse campo de poder por meio de práticas contínuas de liberdade. (NEWMAN, 2012, p. 109).

Para apreender essas práticas é preciso salientar que Todd May as define como “regularidade social direcionada a fins” (MAY, 1994, p. 87), o que não significa, portanto, que esses fins necessariamente condizem com as consequências reais dessas práticas ou

que esses efeitos sejam transparentes aos seus atores. Nesses termos, práticas alternativas, como aquelas denunciadas pelos jornais paraibanos, poderiam ser consideradas práticas anárquicas, independente de como eram percebidas na época, pelo simples fato de constituírem experimentações que abrem espaços para estilos de vida diferentes. Queremos dizer, com isso, que os atores dessas práticas não precisavam considerá-las anárquicas ou considerar-se anarquistas para criar os efeitos que criaram, isto é, a abertura de espaços alternativos e o pavor do anarquismo como foi expresso pelos jornais.

Outro aspecto fundamental da obra de May é a sua discussão de três formas diferentes de filosofia política. Ele entende a filosofia política como a tensão entre os alicerces do *what ought to be* [o que deve ser] e do *what is* [o que é] e conclui que uma mudança no *is* [é] deveria necessariamente mudar a filosofia que o conecta ao *ought* [deve]; tarefa que não foi cumprida, como afirma, pelo marxismo, sendo um dos seus pontos fracos demonstrados pelo autor. Entretanto, o significativo é que a partir dessa definição, May estabelece três tipos de filosofia política.

A primeira, a filosofia política formal, onde há pouca ou nenhuma tensão entre esses alicerces, devido à predominância de um dos dois, é meramente mencionada e não entra nas discussões subsequentes.

A segunda, a filosofia política estratégica, mantém a tensão entre o *deve ser* e o *é*, procurando responder a pergunta “o que deve ser feito?”. Filosofias políticas do tipo estratégico, como destaca May (1994), buscam reduzir todos os problemas a um único problema base e, conseqüentemente, a superação desse problema específico torna-se o seu único fim. Um exemplo simplificado, mas bastante ilustrativo, seria a tentativa marxista de reduzir uma multiplicidade de questões sociais a um único problema econômico (o capitalismo) cuja superação (o comunismo) resolveria todos os problemas subordinados. O modelo desse tipo de filosofia política seria, então, o de círculos concêntricos, com um único centro, simbolizando o problema e o fim central, com cada um dos círculos exteriores simbolizando problemas e fins secundários, terciários, etc. Esse esquema sugerido por May para caracterizar o marxismo, filosofia política do tipo estratégico, encontraria sua expressão na distinção subordinadora entre infraestrutura e superestrutura.

A terceira, mais importante para o nosso estudo, é a filosofia política do tipo tático que rejeita a redução da multiplicidade de problemas políticos e sociais, bem como das relações de poder, a um único centro. Ela é compreensível a partir de um modelo de rede, com as linhas simbolizando as várias relações de poder, criando nódulos nos pontos de interseção como sendo *foci* de poder, onde este se acumula sem que, entretanto, seja ali

criado e sem identificar um centro único, ou singular. Além da tensão entre o *é* e o *deve ser*, existe outra tensão nas filosofias políticas táticas: a tensão entre essas múltiplas práticas políticas, visto que não podem ser reduzidas uma a outra e que criam ligações entre si. May deixa claro que, uma vez que não há um centro de poder ou um problema central, também não pode existir uma pessoa ou um grupo de pessoas cujas observações sejam privilegiadas em relação a outros. Isso nivela o campo de forma significativa, rejeitando as posições de destaque que assumem, em outras filosofias políticas, as “vanguardas” ou os intelectuais cujo papel nas filosofias políticas táticas o autor descreve da seguinte forma:

O papel do intelectual consiste na participação em lutas teóricas que são locais ou regionais e não universais. O intelectual oferece análises para aqueles ao lado dos quais ele ou ela luta, em vez de tábuas de verdades sagradas, transmitidas aos oprimidos. (MAY, 1994, p. 118).

A retirada dos privilégios da observação, devido à multiplicidade dos focos de poder, dos problemas e, conseqüentemente, das lutas, salienta novamente a importância dos homens comuns, cujas percepções e práticas encontravam-se outrora excluídas das discussões acadêmicas. Na citação acima percebe-se a rejeição de estruturas hierárquicas que possibilitariam indicar direções como “de cima”, “para baixo”, etc., visto que as filosofias políticas táticas operam a partir de uma visão das relações de poder como rede, onde existiriam vários “acimas” e “abaixos”, por assim dizer, ao invés de um único acima e um único abaixo, como nos modelos de pirâmide ou dos círculos concêntricos das estratégias. Nas palavras do autor:

Aqui o quadro, mais de acordo com o pensamento anarquista, não é um de um topo e um fundo, mas um quadro de uma série de topos e uma série de fundos que são, talvez, interconectados mas não subordinados. (*Idem*, p. 49).

Trata-se, no Estado ou nas instituições religiosas, por exemplo, de acumulações de poder, ou, falando de forma figurativa, de nódulos na rede das relações de poder, que oferecem pontos de ataque variados para lutas múltiplas, mas não centralizam todo o poder de forma que a sua superação seria o último fim. Para evitar que o seu modelo seja interpretado como “holismo teórico” no qual tudo seria simplesmente conectado com tudo “numa esfera singular de relações chamada de ‘sociedade’” (*Idem*, p. 53), May enfatiza

que essas conexões precisam ser descobertas a partir de análises políticas e não podem ser simplesmente presumidas.

As filosofias políticas táticas, como o anarquismo ou o pós-estruturalismo, mudam também a percepção da diferença entre revolução e reforma. Diferenciar a revolução, como mudança qualitativa, da reforma, como mudança quantitativa, perde o seu valor demonstrativo, afirma May, uma vez que nas filosofias políticas táticas, as mudanças qualitativas (“revoluções”) são percebidas a partir de um *conjunto* de múltiplas mudanças quantitativas (“reformas”). Conforme o modelo de rede sem centro de poder, são várias pequenas lutas e as suas várias consequências que levam a mudanças significativas na esfera social, ou seja, vários elementos micropolíticos que moldam o ambiente macropolítico. Esse modelo é de acordo com o pensamento anarquista que entende as mudanças sociais, educacionais e culturais como pré-requisitos para uma mudança política ou, ainda, de forma mais fundamental, com a convicção anarquista de que os fins necessitam estar presente nos meios, ao contrário de os justificarem, como acreditam outras vertentes, a exemplo do marxismo. Em suma:

Uma revolução, então, não é uma mudança de uma forma fundamental de sociedade para outra; ao contrário, é uma mudança ou um conjunto de mudanças cujos efeitos ocorrem por toda sociedade, causando alterações em muitas outras partes do campo social. (*Idem*, p. 54).

Não se trata, porém, de negar os efeitos profundos que alterações econômicas ou relações de produção teriam sobre a sociedade, ao contrário:

O que se nega é o passo dessa verdade evidente para a alegação que a sociedade e a questão da revolução devem, portanto, ser definidos nos termos dessas relações de produção (ou qualquer outro conjunto de relações privilegiadas). Uma vez que a imagem estratégica de círculos concêntricos ou de hierarquias de poder é abandonada, o mesmo ocorre com a ideia que mudança revolucionária pode ser distinguida qualitativamente de mudança reformista. Isso não significa negar a possibilidade de mudanças revolucionárias, mas admitir que são mudanças de grau e não de tipo – ou melhor, que são mudanças de tipo tanto quanto são certos tipos de mudanças de grau. (*Idem*, p. 55).

Resumindo, seria possível afirmar que as práticas anarquistas que foram observadas nos jornais paraibanos entre 1890 e 1930 e descritas no capítulo anterior são melhor percebidas quando se adota a definição das teorias políticas táticas de May. Além disso, seria possível igualmente conjecturar que essas práticas puderam abrir em sua época

pequenos espaços de liberdade e construir uma cultura do subversivismo, colocando os seus agentes, chamados de “heróis comuns” por Certeau, na mesma condição de subversividade.

Por fim, se, como disse Certeau, “do fundo dos oceanos até as ruas das megalópoles, as táticas apresentam continuidades e permanências” (CERTEAU, 1998, p. 47), seria possível sugerir, como proporemos no próximo capítulo, perceber a continuidade dessas táticas anárquicas nas manifestações de junho de 2013 no Brasil.

CAPÍTULO III – ZONAS AUTONÔNOMAS TEMPORÁRIAS (TAZ) E *BLACK BLOC(K)S*: EXEMPLOS DE ANARQUISMO NO SÉCULO 21

A criação de pequenos espaços de liberdade, como os supracitados, também pode ser interpretada como tática de resistência contra os grupos hegemônicos. Segundo Richard Day, é perigoso tentar combater a hegemonia, definida como “processo através do qual várias facções lutam pelo significado, identidade e poder político” (DAY, 2005, p. 6), a partir da criação de uma contra-hegemonia que visa “deslocar o equilíbrio histórico de volta, tanto quanto possível, a favor dos oprimidos” (*Idem*, p. 7), já que isso significaria aceitar a própria ideia de hegemonia e lutar no campo do inimigo e com as suas regras. Em vez de movimentos contra-hegemônicos, sugere a criação de movimentos não-hegemônicos, que “buscam mudanças radicais, mas não a partir da tomada ou da influência do poder estatal e, ao fazerem isso, desafiam a lógica da hegemonia bem no centro.” (*Idem*, p. 8). Ao mesmo tempo contestam a própria identidade como movimento, uma vez que empregam “táticas sem nome” [*non-branded tactics*] para substituir a “hegemonia da hegemonia” por uma “afinidade pela afinidade” (DAY, 2005, 8-9). Essas práticas não-hegemônicas, entre as quais poderíamos incluir aquelas descritas pelos jornais paraibanos:

São apropriadas por aqueles que estão se esforçando para recuperar, estabelecer ou reforçar a sua capacidade de determinar as condições da sua própria existência, permitindo e incentivando os outros a fazerem o mesmo. Defendo que essas práticas, baseadas na afinidade, não podem ser compreendidas dentro do horizonte das tradições (neo)liberais e (pós)marxistas, dominadas pela hegemonia da hegemonia. (*Idem*, p. 13).

Day argumenta, que tanto o marxismo clássico quanto o liberalismo – apesar das suas muitas diferenças – compartilham da crença que a liberdade é possível apenas sob a forma do Estado, seja ele Leviatã ou ditadura do proletariado. Com isso resultam formas políticas de mudança social baseadas no Estado, em vez de formas sociais baseadas na comunidade. O autor atribuiu essa “premissa paradoxal” como uma “característica definidora da hegemonia da hegemonia” (*Idem*, p. 14), enfatizando a conexão entre as tradições políticas liberais e os movimentos contra-hegemônicos, tais como o marxismo.

A lógica da afinidade, que Richard Day apresenta como alternativa à hegemônica, estaria baseada nos princípios da solidariedade sem fundamentos [*groundless solidarity*] e da responsabilidade infinita [*inifinite responsibility*]:

Solidariedade sem fundamentos significa ver seus próprios privilégios e opressões no contexto de outros privilégios e opressões, tão interligados que nenhuma forma particular de desigualdade – seja classe, raça, gênero, sexualidade ou habilidade – pode ser postulada como eixo central de luta. (*Idem*, p. 18, grifos meus).

Essa leitura das práticas que operam dentro da lógica da afinidade, como as práticas anarquistas, a partir da sua rejeição da possibilidade de reduzir uma multiplicidade de lutas a uma única luta, sugere que se trata de *táticas* nos moldes de Todd May. “*Infinite responsibility*”, por sua vez, “significa estar sempre aberto para o convite e o desafio de um outro, estar sempre pronto para ouvir a voz que aponta como não se está adequadamente em solidariedade, apesar dos seus melhores esforços”. (*Ibidem*).

Na discussão de práticas baseadas em relações de afinidade é útil estudar como “grupos de afinidade” são percebidos por autores que defendem táticas não-hegemônicas e anárquicas. Dupuis-Déri as define nesses termos:

O grupo de afinidade é uma unidade criada por meia dúzia até várias dúzias de “amilitantes”, ligados por confiança mútua e sentimentos comuns sobre os tipos de ação que desejam tomar. O termo “amilitante” é usado aqui para significar tanto a importância da amizade (*ami* é o termo francês para amigo) quanto a negação (indicado pelo prefixo a-) da figura tradicional do militante cujas ações e identidade eram largamente determinados por patriotismo organizacional. (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 60, grifo meu).

Dupuis-Déri (2010) descreve as vantagens desse tipo de grupo pela possibilidade de conciliar a coordenação consciente com os princípios de liberdade e igualdade. Pelo tamanho reduzido desses grupos, afirma, é possível que determinem suas ações baseadas no consenso e a sua estrutura impede a criação de uma hierarquia interna; não significando, porém, que estejam livres dos jogos de poder baseados no carisma, experiência, habilidade ou em privilégios externos (econômicos, de gênero, etc.). O grupo de afinidade rompe, ainda, como afirma um dos seus entrevistados anônimos (GA7, *apud* DUPUIS-DÉRI, p. 62), com a dinâmica policial que opera apenas com comportamentos de multidão e é incapaz de lidar com situações que escapam dessa lógica. Segundo Day, o valor desses grupos de afinidade, definidos pelo autor como “baseados no consenso e orientados para alcançar o máximo de eficácia com o mínimo de burocracia, lutas internas e exposição à infiltração” (*Idem*, p. 35), não está na sua eficácia política e organizacional, mas na construção de alternativas, sociais e culturais, *dentro* da ordem hegemônica. Em vez de enfrentar o Estado frente a frente, o corroem por dentro, aproveitando, como já visto

em Certeau (1998), as *oportunidades* dadas e fazendo a *diferença* nos seus espaços de liberdade, criadas no nível micro-político; de modo que, permanecendo nômades, como afirma Bey, podem “viver intensamente.” (BEY, 1985, p. 112). O autor diferencia essas práticas anárquicas tanto das lutas revolucionárias quanto das reformistas:

Ao contrário de lutas revolucionárias, que buscam efeitos totalizantes em todos os aspectos da ordem social existente tomando o poder do Estado e ao contrário das políticas de reforma, que buscam a mudança global em eixos selecionados reformando o poder do Estado, esses movimentos/redes/táticas não procuram efeitos totalizantes em quaisquer eixos. (*Idem*, p. 45).

O abandono das lutas revolucionárias macro-políticas em favor de lutas locais é capaz, como argumenta Day, de livrar *mais* pessoas da lógica hegemônica do que “o desejo dos socialistas utópicos de salvar todos de uma vez.” (DAY, 2005, p. 215). Além disso, de acordo com a convicção anarquista de que os meios determinam os fins, cumprem o critério de prefiguração, ou seja, agem conforme os valores da sociedade que almejam. Outro aspecto importante que diferencia as lutas locais das lutas revolucionárias encontra-se na natureza cíclica dessas últimas. Indagando “porque uma revolução é sempre seguida por uma reação, como mudanças de estação no inferno [*seasons in hell*]” (BEY, 1985, p. 94), Bey descreve a trajetória das revoluções nos seguintes termos:

Revolução, reação, traição, fundação de um Estado mais forte e ainda mais opressivo – o giro da roda, o retorno da história novamente e novamente até a sua forma mais elevada: uma botinada na cara da humanidade para sempre. (*Ibidem*).

Chamado pelo autor de “futilidade histórica”, esse processo fechado se opõe as “insurreições” e “revoltas”, “palavras usadas pelos historiadores para rotular revoluções *fracassadas* – movimentos que não correspondem à curva esperada” (*Ibidem*, grifo do autor). Bey enfatiza que esses “fracassos” deixam o processo aberto e sugerem a possibilidade de movimentos que criam espaços de liberdade *fora* do círculo fechado. Uma dessas táticas possíveis é a que o autor chamou de Zona Autônoma Temporária [*Temporary Autonomous Zones*] (TAZ). Partindo de uma descrição de assentamentos piratas do século 18, chamadas por Bey (1985, p. 92) de “comunidades intencionais” ou “mini-sociedades”, e das suas redes de informação, pergunta diante da tecnologia moderna de controle e observação:

Estamos nós, que vivemos no presente, condenados a nunca experimentar a autonomia, a nunca repousar por um momento em um pedaço de terra governado apenas pela liberdade? Estamos reduzidos à nostalgia do passado ou à nostalgia do futuro? Devemos esperar até que o mundo todo seja liberado do controle político antes que um de nós possa afirmar conhecer a liberdade? (*Ibidem*).

Considerando o fenômeno que ele chama “o fechamento do mapa”, a resposta parece negativa em um primeiro momento. Com esse termo, Bey descreve o desaparecimento do mapa de lugares desconhecidos como as ilhas das suas utopias piratas [*pirate utopias*]. Ele lamenta: “O último pedaço de terra não reclamada por qualquer Estado-nação foi devorado em 1899. O nosso é o primeiro século sem *terra incógnita*, sem fronteira.” (*Idem*, p. 97, grifos do autor). Por essa razão, os espaços de liberdade devem ser procurados em outros lugares, *dentro* do mapa já fechado. Bey (1985, p. 93) sugere que “um certo tipo de ‘enclave livre’ não é apenas possível no nosso tempo, mas já existe. Toda a minha pesquisa e especulação cristalizou-se em torno do conceito de Zona Autónoma Temporária”. Bey se nega, propositalmente, de definir o termo para evitar a criação de dogmas políticos. Nas palavras do autor:

Apesar do entusiasmo ocasional da minha linguagem, eu não estou tentando construir dogmas políticos. Na verdade eu me absteve deliberadamente de definir a TAZ. Apenas contornei o assunto, disparando raios exploratórios. No final, a TAZ é quase autoexplicativa. Se o termo entrasse em uso seria compreendido sem dificuldade... compreendido na ação. (*Ibidem*).

As Zonas Autónomas Temporárias, possibilitam, segundo Bey, a existência de *pirate utopias* mesmo em tempos de mapas fechados. Aproximando-se novamente das táticas de Michel de Certeau, a TAZ aproveita-se – lembrando que *A União* dizia o mesmo sobre o “fenômeno da anarquia” (O espírito de revolta. *A União*, n. 912, 27/09/1896) – das oportunidades dadas para surgir:

Estamos à procura de “espaços” (geográficos, sociais, culturais, imaginários) com potencial para florescer como zonas autônomas – e estamos buscando momentos em que esses espaços estejam relativamente abertos ou por negligência por parte do Estado ou porque escaparam da percepção dos cartógrafos, por qualquer motivo. (BEY, 1985, p. 97- 98).

Os “raios exploratórios” de Bey mostram que as Zonas Autónomas Temporárias existem *além* de definições e nomenclaturas, impedindo, assim, a sua

compreensão pelo Estado e, talvez mais importante, permanecendo também *além* da capacidade estatal de enxergá-las. Essa invisibilidade em conjunto com a sua temporariedade e sua característica nômade tornam as TAZ bem sucedidas. Bey salienta que as TAZ, quando são descobertas, nomeadas, representadas, etc. se dissolveriam *antes* de serem esmagadas pelo Estado, somente para surgirem novamente em outros lugares, privando os mecanismos habituais de repressão estatal da sua eficácia e evitando, quando possível, sua violência. “Assim”, afirma, “a TAZ é uma tática perfeita para uma era na qual o Estado é onipresente e todo-poderoso e ainda crivado simultaneamente com rachaduras e espaços vazios.” (*Idem*, p. 95).

Essa abordagem de práticas que não se engajam com o Estado, que operam fora do seu campo de vista e fora da lógica da hegemonia, fugazes e nômades, é diferente de outras práticas porque não manifestam nenhum interesse de transformarem-se no Estado ou de “tomarem” o seu poder. Ao contrário, esforçam-se “para ficar fora dos mapas de poder, enquanto, ao mesmo tempo, mantêm uma relação parasitária (pirática) com os aparelhos dominantes de captura e exploração.” (DAY, 2005, p. 163). A TAZ revela-se, afirma o autor, como “ilha de mudança social alcançada, onde a revolução *realmente aconteceu*.” (*Ibidem*, grifos do autor).

Outro aspecto importante das ZAT é o seu afastamento daquilo que Day chama de “políticas de demanda”, políticas baseadas “na esperança de que formas de Estado e empresas, como estruturas de dominação, exploração e divisão, são de algum modo capazes de produzir efeitos de emancipação.” (*Idem*, p. 15). O autor deixa claro, que essas políticas não somente são incapazes de produzir mudanças nas formas dessas estruturas, contentando-se com mudanças de conteúdo, como também reafirmam essas estruturas: “cada demanda, antecipando uma resposta, *perpetua* as estruturas [um centro hegemônico articulado com aparatos de disciplina e controle], que existem precisamente em antecipação às demandas.” (*Idem*, p. 89). Diferente dessas políticas de demanda, que esperam a emancipação do Estado, “devemos, como pessoas relativamente privilegiadas, começar a compreender melhor como podemos *demolir* o nosso privilégio sem solicitar ao Estado de fazê-lo por nós.” (*Idem*, p. 188, grifo do autor). Um passo nessa direção, sugere o autor, poderia ser dado a partir da criação de espaços e experiências alternativas, tais como as TAZ.

É importante notar como ambos os autores mencionados destacaram o caráter antiutópico das táticas não-hegemônicas. Assim, Day afirma:

Sugiro, portanto, que a renovação estrutural baseada na lógica da afinidade é menos utópica que a reforma ou a revolução, na sua orientação para a realização das formas desejadas [de sociedade] aqui e agora. Trata-se de construir espaços, lugares ou *topias* no sentido mais literal da palavra. Também é eminentemente prática ao perceber que esses espaços podem ser encontrados nas distopias e atopias que estão sendo criados ao lado e em uma taxa maior do que a utopia neoliberal do fluxo livre do capital. (*Idem*, p. 216, grifo do autor).

Bey refere-se também ao sentido literal da palavra, salientando que as TAZ *estão*, de fato, em *algum lugar*:

A TAZ é ‘utópica’, no sentido que prevê uma intensificação da vida cotidiana, ou como os surrealistas poderiam ter dito, a penetração da vida pelo maravilhoso. Mas não pode ser utópica no sentido real da palavra, em lugar nenhum, ou no lugar do Não-Lugar. *A TAZ é em algum lugar*. (BEY, 1985, p. 103).

A TAZ não é, porém, a única tática não-hegemônica e Day menciona várias outras. “Organizados na ordem de eficácia crescente para endereçar formas, e não [somente] conteúdos” (DAY, 2005, p. 19): “caindo fora” [*dropping out*], vivendo fora do sistema o quanto possível; a subversão a partir da paródia do sistema hegemônico; impedindo as instituições existentes [*impeding existing institutions*] pela destruição de propriedades, ações diretas, bloqueios, etc.; prefigurando alternativas [*prefiguring alternatives*] no âmbito da política hegemônica, como, por exemplo, com manifestações e, por fim, construção de alternativas que visam enfraquecer o poder do sistema hegemônico (DAY, 2005, p. 19). Segundo Day, todas essas táticas tem em comum sua “articulação ao anarquismo, que vai da adoção implícita de métodos tradicionalmente anarquistas sem consciência da sua origem, até a exposição explícita do ‘A’ circulado.” (*Idem*, p. 20). As TAZ, como vimos, constituem uma tática não-hegemônica que visa à construção de espaços e experiências de vida alternativas aos habituais.

Por fim, outra tática sobre a qual gostaríamos de discutir é do tipo *impeding existing institutions*, o *Black Bloc(k)* [Bloco Negro], que Day (2005, p. 29) apresenta como o “exemplo mais recente e espetacular da ação direta para impedir o fluxo do poder do Estado e das empresas”. Como notou Deusen (2010), as “bases” dessa tática podem ser encontradas em qualquer lugar e momento em que um grupo oprimido se levanta contra seus opressores. Embora não seja pertinente conceber as “origens” do *Black Bloc*, os autores (DEUSEN, 2010; DUPUIS-DÉRI, 2010) concordam que o termo surgiu pela primeira vez nos anos 1980 na Alemanha Ocidental, onde a polícia usou o termo

schwarzer Block [Bloco Negro] para designar os participantes do movimento *Die Autonomen* [Autônomos]. A esse propósito, vale a pena mencionar que na língua alemã, *Block* [bloco] pode significar tanto um grupo de pessoas unidas – que na língua inglesa seria *bloc* – quanto um material duro de superfícies planas, como, por exemplo, um tijolo – que na língua inglesa seria *block*. O uso do termo *schwarzer Block* serve tanto para descrever um grupo de pessoas adeptos dessa tática, como também remete ao formato desse bloco nas manifestações que, por questões táticas, geralmente criam um *block* de pessoas na frente, dos lados e ocasionalmente atrás dos outros manifestantes a fim de oferecer proteção, dificultar ações violentas e prisões por parte da polícia, e garantir, se possível, a continuação da manifestação, como mostra o exemplo da figura 1.

Figura 1 – Manifestação com *Black Bloc(k)* em Berlim, 28/03/2009



Fonte: *Analyse, Kritik & Aktion: Berliner Assoziation für Theorie und Praxis*⁵

É importante notar que não propomos designar qual a forma *correta* da escrita, mas salientamos que ambas podem ser – e são – usadas e que se trata de um termo polissêmico.

Dupuis-Déri descreve as características desse movimento *Die Autonomen* nos seguintes termos:

⁵ Disponível em: <<http://aka.blogspot.de/?p=550>>. Acesso em 14 jan. 2016.

Na Alemanha Ocidental, os Autônomos eram organizados com bases igualitárias e libertárias e advogavam autonomia em níveis diferentes: individual (política por conta própria e não por representação), de gênero (coletivos feministas exclusivamente femininos), decisório (grupos de ativistas sem autoridades ou hierarquias) e político (sem vínculos com instituições oficiais – Estado, partidos ou sindicatos). Os Autônomos visavam realizar, “aqui e agora”, práticas políticas igualitárias e participativas, sem líderes ou representantes, nas quais a autonomia individual e coletiva eram complementárias e igualmente importantes. (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 51).

Os *Autonomen* começaram *squats* [ocupações] e organizaram campanhas contra energia nuclear, guerra e racismo, nas quais confrontos violentos com grupos neonazistas e com a polícia eram frequentes (DUPUIS-DÉRI, 2010). É nesse ambiente combativo, segundo Deusen e Dupuis-Déri, que a tática *Black Bloc* se desenvolveu e se alastrou pela Europa, onde “ainda hoje está sendo praticada com relativa ferocidade e eficácia.” (DEUSEN, 2010, p. 13). Deusen descreve de forma semelhante os “métodos refinados de confrontação do Estado” (*Idem*, p. 10) e a sua “estética tática” – roupas pretas, ocasionalmente com máscaras, e a marcha como bloco fechado nas manifestações – a partir da necessidade dos *Autonomen* de um grau maior de militância, anonimato e proteção contra a repressão estatal, dificultando a prisão.

Embora os autores concordem que a tática *Black Bloc* já era usada na América do Norte no começo dos anos 1990, ela se tornou conhecida pelo seu uso nas manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle no ano de 1999. Conhecida como *N-30*, em referência a sua data, dia 30 de novembro, ou como *the Battle of Seattle* [a Batalha de Seattle], foi nessa manifestação que “o *Black Bloc* entrou em cena pela primeira vez nos palcos da grande mídia norte-americana.” (DAY, 2005, p. 1, grifos meus). Descrita como a “maior manifestação de protesto desde os anos 60 nos Estados Unidos” (LUDD, 2005, p. 47), provocaram o cancelamento do encontro a partir de táticas de ação direta, como o fechamento das vias de acesso. Dupuis-Déri afirma:

Uma parte considerável das atividades do Movimento pela Justiça Global no Ocidente envolve a contestação da legitimidade das grandes cúpulas dos organismos internacionais associados à globalização do capitalismo, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o G8, e a União Europeia. Em tais ocasiões, várias coalizões organizaram comícios, carnavais de rua, debates públicos, mostras de filmes, shows de música, bem como ações disruptivas, com toda essa série de eventos durando, possivelmente, vários dias. Esse foi o pano de fundo contra o qual o *Black Bloc* fez a sua

entrada espetacular para o Movimento pela Justiça Global na “Batalha de Seattle” no dia 30 de novembro de 1999, quebrando as janelas do *McDonalds*, *Nike*, *Gap* e certos bancos. (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 46, grifos meus).

O resultado foi a convocação da Guarda Nacional e o estabelecimento do toque de recolher – a primeira vez em Seattle desde a Segunda Guerra Mundial – e da lei marcial (LUDD, 2005, p. 47). Mas o que *é*, afinal, esse *Black Bloc* que tanto assustou a democracia norte-americana a ponto de reagir de forma tão antidemocrática? Não é possível responder essa pergunta. Os autores (COLETIVO ACME, 2005; DEUSEN, 2010; DUPUIS-DÉRI, 2010; THOMPSON, 2001) concordam que se trata de um grupo informal, heterogêneo, formado espontaneamente pelos adeptos da tática *Black Bloc* e que “não existe tal coisa como o *Black Bloc*, existem *Black Blocs*, cada um surgindo na ocasião de um comício e dissolvendo-se no seu fim.” (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 46, grifos meus). Deusen salienta a necessidade de entender que “essa formação não era o nascimento de uma organização formal ou contínua”, mas que tratava-se de um “agrupamento coeso temporário com o objetivo imediato de criar uma força temporária de combate de rua contingente que, na prática, se dissolveria com a conclusão da ação.” (DEUSEN, 2010, p. 10). Portanto, “qualquer generalização para se referir aos *Black Blocs* é uma falácia.” (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 50, grifos meus).

Mas seria possível, a exemplo de Bey, “disparar raios exploratórios” sobre a tática *Black Bloc*. Compreendido não como grupo formal, identitário, mas como *termo* para descrever o conjunto dos adeptos da sua tática, o *Black Bloc* é composto, geralmente, por vários grupos de afinidade que voluntariamente dividem certas tarefas entre si, entre as quais Dupuis-Déri (2010, p. 60-61) menciona tarefas *ofensivas*, como o armamento com bastões, coquetéis molotov, etc.; *defensivas*, fornecendo escudos, capacetes ou grandes faixas com dizeres que serão carregadas na frente e nos lados do bloco; além de várias outras ações, como, por exemplo, de *reconhecimento*, *comunicação*, *primeiros socorros*, *música*, etc. Assim, embora o autor destaca o uso dessa tática como “defesa eficaz contra a brutalidade policial” (*Idem*, p. 57), também sugere que não pode ser *reduzida* apenas a essa função e afirma que o *Black Bloc* “recorre às vezes à força para expressar a sua crítica radical.” (*Idem*, p. 46). De acordo com o comunicado do Coletivo ACME no dia 30 de novembro de 1999, que negava que o *Black Bloc* era uma “força puramente reativa” (COLETIVO ACME, 2005, p. 53), Deusen defende:

Mais do que atuar como tropas de choque, ou unidades defensivas dentro do contingente maior de protesto, o Bloco começou a assumir a função ofensiva em relação à destruição consciente da propriedade privada capitalista. Aqui, grupos de afinidade dentro do Bloco facilitariam a destruição de janelas, a pichação de mensagens revolucionárias com tinta spray e a destruição de veículos policiais e/ou militares. (DEUSEN, 2010 p. 11).

Frequentemente, essas ações levantaram discussões em torno do papel da violência tanto entre manifestantes do *Black Bloc* e outros participantes da manifestação, quanto pela mídia. As respostas dadas às críticas do uso da violência são variadas, embora as conclusões sejam semelhantes. Um argumento compreende a violência do *Black Bloc* como *reação* à violência exercida pelo Estado e pelo capitalismo. Como expressão de “intensa raiva contra o sistema não igualitário, injusto e assassino” (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 54) são vistas como defesa necessária e contemplam o perigo imediato: “podemos nos encontrar, amanhã, *obrigados* a sermos violentos *para sobreviver*. Não somos nós que somos ‘violentos’, são as situações vividas que exigem uma resposta apropriada.” (REFLEX, 2005, p. 201, grifos meus). Aponta na mesma direção o depoimento de James Anon ao dizer que “eu pessoalmente, e muitos outros, não aguentamos assistir as pessoas serem passivamente espancadas, e nos defenderemos se atacados.” (ANON, 2005, p. 192). Um entrevistado de Dupuis-Déri chegou a afirmar que a violência estatal *criou* o próprio *Black Bloc*: “Se o Estado não tem escolha a não ser o uso da violência, então o Estado não nos deixa outra opção senão também usar da violência contra ele. O Estado, sendo o que é, *criou* o *Black Bloc*.” (BB2, *apud* DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 56, grifos meus).

Outro argumento gira em torno da legitimidade do uso da violência pelos manifestantes em contrapartida à ilegitimidade da violência estatal. Dupuis-Déri nota:

Em qualquer caso, aqueles que participam nos *Black Blocs* vejam a força que ocasionalmente usam como *qualitativamente superior*, em termos políticos e morais, em relação à violência usada por seus inimigos. Primeiro, porque é bem menos destrutiva (diferente da violência estatal ou capitalista, a violência do *Black Bloc* nunca foi letal); segundo, porque alveja símbolos de injustiça capitalista e estatal; e terceiro, porque são eles que decidem – ou não – de recorrer ao uso de força através de uma tomada de decisões de forma deliberada, enquanto aqueles que tomam as decisões também são os que as executam. (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 73-74, grifos meus).

A forma da tomada de decisão, baseada no consenso dentro dos vários grupos de afinidade, e a identidade entre “quem decide” e “quem executa” diferenciaria, assim, a

violência do *Black Bloc* das violências estatais e capitalistas, investindo-a, na visão dos seus praticantes, de maior legitimidade.

O Coletivo ACME e Ludd argumentam ainda que seria errôneo taxar as ações do *Black Bloc* como violência, já que não são dirigidas contra pessoas, mas meramente contra propriedades que, por sua vez, têm o potencial de causar danos muito reais às pessoas. Afirmam, que “a propriedade privada – principalmente a propriedade privada corporativa – é em si própria muito mais violenta do que qualquer ação tomada contra ela” (COLETIVO ACME, 2005, p. 55) e destacam o poder simbólico das ações:

Quando destruímos uma vitrine, queremos destruir o fino verniz de legitimidade que circunda o direito de propriedade privada. [...] “Destruindo” a propriedade privada, convertemos seu limitado valor de troca em um expandido valor de uso. Uma janela frontal toma-se um respiradouro que deixa entrar um pouco de ar fresco na atmosfera opressiva de um estabelecimento [...] (pelo menos até a polícia decidir atirar gás lacrimogêneo a um bloqueio de rua próximo). (COLETIVO ACME, 2005, p. 56).

Os autores argumentam também que chamar as ações do *Black Bloc* simplesmente de violência contribuiria, ainda, para distorcer as proporções entre a “violência” dos manifestantes e a violência estatal, considerando que “essas manifestações-bloqueio feriram sem gravidade no máximo apenas alguns poucos policiais, enquanto milhares de manifestantes saíram feridos pelas investidas policiais.” (LUDD, 2005, p. 9). A conclusão é que seria mais apropriado compreender a violência do *Black Bloc* como mensagem política do que condená-la moralmente como violência. Dupuis-Déri (2010, p. 73-74) demonstra, por exemplo, como o uso da força não só faz parte da tradição anarquista como também é resultado de uma avaliação crítica do contexto tático de ações não-violentas que são vistas como insuficientes ou ineficazes. É a conclusão, afirma um dos seus entrevistados (BB2, *apud* DUPUIS-DÉRI, p. 58), de que métodos pacíficos são demasiadamente limitados e favoráveis ao Estado; expressa uma decisão de “cessar de ser vítima”. A deliberação em usar a violência marca, como afirmou Thompson (2001, p. 20), uma transformação importante na qual a mera crítica social é deixada de lado para engajar-se na construção consciente do social; marca, desse modo, o momento de um *devir* [*becoming*] político.

Embora os “debates sobre esses termos e as suas implicações” (*Idem*, p. 18) tenham sido numerosos, o autor afirma que nenhuma solução foi encontrada. Sugerimos, concordando com James Anon (2005), que o debate seja suspenso, ao menos

provisoriamente. Para nosso propósito, como argumenta, “seria muito mais útil debater qual a melhor tática de confronto em determinada situação” (ANON, 2005, p. 190), do que reduzir os protestos a um debate de violência *versus* não-violência. Evita-se, com isso, a estratégia do Estado que visa dividir os protestos e demonizar qualquer ato de violência que não parte dele. Nos termos de Ludd:

Certamente categorias tão carregadas de peso moral como violência e não-violência têm tudo para se tomarem artifício retórico reacionário no contexto de levantes populares. Todas as “greves selvagens” e insurreições populares, dos *communards* aos zapatistas, sempre foram pelo menos em algum momento - até quando os defensores da ordem estabelecida puderam sustentar seus discursos - descritas como irrupções de violência, na tentativa de isolá-las, criminalizá-las e desqualificá-las moralmente. (LUDD, 2005, p. 9, grifo meu).

Outro “raio exploratório” interessante em torno da tática *Black Bloc* diz respeito a sua aparência. Mais do que uma questão meramente estética, suas roupas foram “frequentemente descritas como síntese perfeita entre funcionalidade e estética militante.” (THOMPSON, 2001, p. 55). Além de mostrar as “cores anarquistas” (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 46), vestir-se de forma uniforme e o uso das máscaras possuem motivos práticos: fornece certo anonimato contra mecanismos de repressão estatal, tanto durante as manifestações quanto depois. O uso dessa estética, em conjunto com bandeiras e grandes faixas, carregadas na frente e nos lados do bloco, com slogans anti-autoritárias, anti-capitalistas, etc., também ajuda a transmitir a sua mensagem (DUPUIS-DÉRI, 2010). Conforme Thompson (2001), a estética *Black Bloc* assume, desse modo, tanto o papel de significante [*signifier*] quanto o de operador [*enabler*] político, afastando com isso considerações legalistas acerca do “direito de usar uma máscara”, para focar nos seus aspectos pragmáticos. Referências a essa estética são encontradas frequentemente nas tentativas de descrever ou explicar o *Black Block*. Dupuis-Déri, por exemplo, o descreve assim:

O *Black Bloc* é uma ação coletiva facilmente identificável, realizada por indivíduos que vestem roupas pretas e máscaras e formam um contingente – um bloco negro – dentro de um comício. Para os seus muitos caluniadores e poucos apoiadores, o *Black Bloc* representa a renovação do anarquismo na cena política em geral e dentro das forças anticapitalistas em particular. (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 46, grifos meus).

Não foi apenas Dupuis-Déri quem assimilou a tática *Black Bloc* ao anarquismo, outros autores também o fizeram. Deusen baseia a sua descrição do *Black Block* precisamente na diferença que eles apresentam em relação ao comunismo e outras vertentes políticas:

Eles não são amistosos à análise autoritária dos vários partidos comunistas, eles não são muitas vezes motivados pela fome [...] e eles não limitam suas demandas e visão social a igualdade material. Eles exigem um re-pensar e uma re-organização da sociedade em moldes que desafiam a própria base fundamental da civilização ocidental contemporânea. *Eles são anarquistas!* (DEUSEN, 2010, p. 15, grifos do autor).

“O fator de ligação”, comenta, está no “reconhecimento consciente da comum rejeição da mercantilização radical, do consumismo e do autoritarismo” na qual “uma irmandade/fraternidade *inerentemente anarquista* é formada.” (*Idem*, p. 23, grifos meus). Isso se torna mais visível, diz o autor, na negação do “mito da representação política (da ‘nação’, do ‘proletariado’, da ‘sociedade civil’ ou de um movimento social)” e na sua “tendência anti-autoritária de repudiar todas as formas de autoridade, hierarquia ou poder, incluindo aqueles que proliferam dentro dos movimentos sociais teoricamente igualitárias, tais como o Movimento pela Justiça Global.” (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 49). Assimilar o anarquismo aos *Black Blocs*, como fazem os autores, levanta uma questão importante: quais seriam os desdobramentos desses últimos no contexto brasileiro?

Dupuis-Déri (2010) afirma que a tática *Black Bloc* teria aparecido no Brasil como “resultado da Batalha de Seattle.” (DUPUIS-DÉRI, 2010, p. 53). Na mídia brasileira o *Black Bloc* é noticiado já “na Ação Global dos Povos, em 27 de setembro de 2000, quando manifestantes mascarados depredaram a sede da Bovespa, em São Paulo.” (Seattle, 1999: black blocs promovem destruição em protestos contra a OMC. *O Globo*, 09/10/13). Não se trata, portanto, de uma tática limitada ao norte do mundo. Ludd interpreta o *N-30* como data importante, porque seria a partir da Batalha de Seattle que o *Black Block* teria se tornado conhecido. Foi devido a *Battle of Seattle*, afirma, que “o mundo começaria a ouvir falar de um tal de ‘*Black Block*’, odiado pelos políticos, jornalistas burgueses, diretores de ONGs e alguns manifestantes que estão mais imersos dentro da moral burguesa do que imaginam.” (LUDD, 2005, p. 49, grifos meus). Podemos sugerir que as manifestações de junho de 2013 no Brasil tiveram um efeito similar sobre a difusão do termo *Black Bloc* pela mídia brasileira. As *Jornadas de Junho*, como são chamadas, foram frequentemente

percebidas, também no meio acadêmico, como “início” da tática *Black Bloc* no Brasil, descrita como o “que há de mais novo e fascinante nos fenômenos sócio-políticos dos últimos anos no Brasil.” (RESENDE, 2015, p. 107). Independente da questão se as *Jornadas de Junho* tiveram um efeito semelhante sobre o *Black Bloc* no Brasil como teve a *Batalha de Seattle* sobre ele nos EUA, elas nos servirão de exemplo. Avelino resume bem os acontecimentos:

Os fatos tornaram-se mundialmente conhecidos: após o aumento da tarifa de ônibus de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 a cidade de São Paulo foi palco de uma série de manifestações. A primeira delas ocorrida no dia 6 de junho, quatro dias após o aumento, reuniu 2.000 manifestantes (dados oficiais); a polícia responde com a violência que lhe é peculiar. No dia seguinte, mais uma manifestação reuniu 5.000 pessoas e novas cenas de violência se repetem nas ruas e avenidas mais importantes da cidade. Frente ao aumento vertiginoso de manifestantes, o prefeito, que inicialmente havia justificado a ação da polícia, silencia-se; o governador, entretanto, continua defendendo a ação da sua polícia e a rotular os manifestantes de vândalos e baderneiros. No dia 10 e 11 de junho será a vez da cidade do Rio de Janeiro presenciar manifestações e a violência da polícia. (AVELINO, 2013a, paginação irregular).

O autor destaca a força e a extensão das manifestações que o cenário político brasileiro não havia visto há décadas, e também seu “sucesso”, dado que várias cidades cancelaram o aumento. Não foi, contudo, *apenas* pelo número de manifestantes ou pela sua aparente “vitória” que as *Jornadas de Junho* se destacaram, mas pelo fato de terem retomado, afirma Avelino (2013a, paginação irregular), “um sentido político desde muito tempo banido do cenário político brasileiro: o anarquismo”. O próprio Movimento Passe Livre (MPL) que convocou as manifestações, é organizado de forma horizontal e sem líderes, chefes, representantes ou vínculos partidários e pratica a autogestão. Avelino salienta que “foi precisamente essa postura política a adotada pelo movimento anarquista” (AVELINO, 2013a, paginação irregular) e sugere a greve geral de 1917 de São Paulo como paralelo, já que também foi motivada pelo custo de vida e “agravada pela violência policial e a estupidez governamental.” (AVELINO, 2013a, paginação irregular). Nesse sentido, o autor interpreta as *Jornadas de Junho* como “respostas diretas à intensificação da violência produzida pelo assalto privado dos lugares públicos. Respostas à capitalização dos lugares e ao poder de polícia sobre o espaço urbano.” (AVELINO, 2013b, p. 3). Outro acontecimento importante nessas jornadas foi o uso da tática *Black Bloc*, que se tornou enfoque da grande mídia nacional. A exemplo dos autores citados, Avelino identifica os

Black Blocs no âmbito brasileiro com o anarquismo e, mais especificamente, como continuação da tática chamada “propaganda pelo fato”:

Em todo caso, quero argumentar que as práticas *black blocs* não sendo obviamente fascistas, tampouco são simples táticas de violência. Trata-se de uma atitude, de um gesto cuja história seria possível retraçar a partir de um tipo de ação que foi muito praticada pelos anarquistas nas últimas décadas do século 19: a chamada propaganda pelo fato. (AVELINO, 2013b, p. 10, grifos meus).

Assim, tanto a tática *Black Bloc* nas *Jornadas de Junho*, bem como as TAZ de Bey, e também as diversas táticas não-hegemônicas descritas por Day, estão entre as inúmeras práticas possíveis para a criação de espaços de liberdade. Além disso, são práticas que, entre outras, constituem e configuram o que hoje se tem chamado de “novo anarquismo”, pós-anarquismo ou, mais simplesmente, o anarquismo do século 21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que tipo de continuidade poderia haver entre o anarquismo descrito pela imprensa paraibana do século 19 e 20 e o anarquismo do século 21 referido por Day e Bey, entre outros? Quando se pensa o anarquismo a partir de uma filiação política e identitária, quase nenhuma continuidade. Mas quando ele é pensado em termos de prática e tática, alguma continuidade seria possível estabelecer. Nesse sentido, haveria entre eles a existência, mais ou menos dramática, mais ou menos perigosa, mais ou menos criminosa, daqueles “mulheres e homens ordinários”, o “herói comum”, a “personagem disseminada”, o “caminhante inumerável” de que fala Certeau.

Nesse trabalho procuramos verificar as formas da presença anarquista na Paraíba entre 1890 e 1930 a partir das imagens que a imprensa local forneceu dele. Ao se entender como anarquista aquele que sustenta – ou a quem se imputa – a prática de anarquia, os jornais da época ofereceram alguns exemplos de práticas subversivas descritas como anarquistas. Foi nesse intuito que propomos outra leitura para compreender a presença anarquista na sociedade paraibana: não perceber o anarquismo como *movimento político*, amparado pelos contextos urbanos, sindicais e pelos movimentos operários, mas a partir da leitura do anarquismo como *tática e prática*, nos moldes de May e Certeau. Com essa leitura foi possível apreendê-lo em um contexto de pouco ou quase nenhum desenvolvimento urbano e industrial.

A hipótese que nos orientou foi a de que uma concepção do anarquismo em termos identitários dificulta, se não inviabiliza, sua percepção no contexto paraibano. Daí a ênfase no “indivíduo ordinário” cujas práticas estariam em confronto com o poder resultando em uma condição anárquica, uma situação de subversividade que chamamos, nos termos de Levy, de “cultura do subversivismo”.

Compreendendo o anarquismo a partir das suas práticas e seus usos táticos, nossa intenção foi argumentar sua presença na sociedade paraibana dos séculos 19 e 20 e também sua possível continuidade nos dias atuais a partir de uma discussão das táticas anárquicas contemporâneas, a exemplo do *Black Bloc* e da *Temporary Autonomous Zone*. Em seguida, indagamos sobre possíveis permanências dessas práticas nos dias atuais, especialmente no Brasil, no uso da tática *Black Bloc* nas *Jornadas de Junho* de 2013.

Considerando o novo aumento das tarifas dos transportes públicos em janeiro de 2016 e a violenta repressão policial nas manifestações contra esse aumento, esse último aspecto da discussão mostra-se não apenas muito atual e importante, mas igualmente

provisório, merecendo retornos futuros, o que não significa que as discussões nos capítulos anteriores sejam definitivas. Aquilo que indicamos aqui são apenas sugestões e apontamentos que certamente necessitam maiores aprofundamentos e novos desdobramentos. Esperamos poder dar a continuidade necessária em uma pesquisa ulterior.

REFERÊNCIAS

Livros e artigos:

- A Imprensa*. (1912). Imposição criminosa. Parahyba do Norte, n. 31, 28 nov.
- _____. (1912). Movimento Operario. Parahyba do Norte, 30 set., p. 2.
- _____. (1913). O que é maçonaria. Parahyba do Norte, 11 set.
- _____. (1914). Anarchismo Maçonico. Parahyba do Norte, 15 dez.
- _____. (1914). Irreligião e anarchia. Parahyba do Norte, 19 mar.
- _____. (1915). A questão operária. Parahyba do Norte, n. 64.
- _____. (1915). Anarchia Intellectual. Parahyba do Norte, 11 mar., p. 1.
- _____. (1915). O Materialismo. Parahyba do Norte, n. 5, 13 set. 1915.
- A União*. (1896). O espirito de revolta. Parahyba do Norte, n. 912, 27 set.
- _____. (1896). Os revoltados. Parahyba do Norte, n. 911, 26 set.
- _____. (1897). Pelo mundo. Parahyba do Norte. n. 1068, 01 mai., p. 1.
- _____. (1897). Telegrammas. Parahyba do Norte, 12 ago., p. 3.
- _____. (1898). A verdade se impõe. Parahyba do Norte, 30 set., p. 2.
- _____. (1898). Telegrammas. Parahyba do Norte, 16 set., p. 2.
- _____. (1899). Industria do Leite. Parahyba do Norte, 21 mar. 1899, p. 3.
- ANON, James. (2005). Explicação da motivação do Bloco Negro / anarquista. In: LUDD, Ned (org.). *Urgência nas ruas: Black Bloc, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. Trad. Leo Vinícius. Coletivo Sabotagem, pp. 189-193.
- AVELINO, Nildo. (2008). *Anarquismo e governamentalidade*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- _____. (2013). *As revoltas de junho no Brasil e o anarquismo*. 17 jul. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2013/07/17/as-revoltas-de-junho-no-brasil-e-o-anarquismo/>>. Acesso em 21 dez. 2015.
- _____. (2013). Violência, Democracia e black blocs. *ALEGRAR*, n. 12, p. 1-15, dez. Disponível em: <http://www.alegrar.com.br/revista12/pdf/violencia_avelino_alegrar12.pdf>. Acesso em 09 dez. 2015.

BEY, Hakim. (1985). *T.A.Z.: The Temporary Autonomous Zone, Ontological Anarchy, Poetic Terrorism*. Boulder: The Anarchist Library.

CERTEAU, Michel de. (1998). *A invenção do cotidiano*. 3. Ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Editora Vozes.

COLETIVO ACME. (2005). Comunicado do N30 Black Block pelo Coletivo ACME. In: LUDD, Ned (org.). *Urgência nas ruas: Black Bloc, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. Trad. Leo Vinícius. Coletivo Sabotagem, pp. 50-57.

DAY, Richard J.F. (2005). *Gramsci is Dead: Anarchist Currents in the Newest Social Movements*. London: Pluto Press.

DEUSEN, David Van. (2010). The Emergence of The Black Bloc and The Movement Towards Anarchism: Get Busy Living, Or Get Busy Dying In: DEUSEN, David Van; MASSOT, Xavier (Org.). *The Black Block Papers*. Kansas: Breaking Glass Press.

Diário do Estado. (1915). Festa operaria. n. 241, 14 nov.

_____. (1915). Festa operaria. n. 242, 17 nov.

_____. (1916). Columna Operaria. n. 330, 30 abr.

_____. (1916). Operariado. n. 447, 16 set.

_____. (1917). A questão operaria. Parahyba do Norte, n. 727, 31 jul.

_____. (1917). Movimento operario. a. 3, n. 754, 08 ago.

_____. (1917). Santa Rita. n. 739, 14 ago.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. (2004). *A Maldição do Trabalho – Homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas*. João Pessoa: Editora Manufatura.

DOMMANGET, Maurice. (1976). *Historia del primero de mayo*. Trad. Marta Guastavino. Barcelona: Editorial Laia.

DUPUIS-DÉRI, Francis. (2010). The Black Blocs Ten Years after Seattle: Anarchism, Direct Action, and Deliberative Practices. *Journal for the Study of Radicalism*, n. 4(2), pp. 45-82. Disponível em:

<https://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/journal_for_the_study_of_radicalism/v004/4.2.dupuis-deri.html>. Acesso em 24 dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. (1979). Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp. 15-37.

GRAMSCI, Antonio. (1999). *Cadernos do cárcere*. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 1.

_____. (2004). *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 1.

_____. (2004). *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 2.

GROTE, Florian. (2015). Relatório Final. In: AVELINO, Nildo. *Memória operária e cultura anarquista na Paraíba (1870-1930)* – Projeto de Pesquisa. Mimeo.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. (1994). *Morte e vida das Oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

Gutenberg. (1909). Socialismo. Parahyba do Norte, n. 2, 27 jul.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1985). Alargando a história da classe operária: Organização, lutas e controle. *Remate de Males*, Campinas, n. 5. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/>>. Acesso em 19 dez. 2015.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. (1982). *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Editora.

HIMMELFARB, Gertrude. (1997). Introdução. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Memoir on Pauperism*. Trad. Seymour Drescher. Londres: Civitas, pp. 1-16.

HOLLANDA, F. C. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Paraíba na abertura da 2ª sessão ordinária, da 8ª legislatura*, em 01 set. 1917. Paraíba do Norte: Imprensa Oficial, 1917.

LEVY, Carl. (1999). *Gramsci and the Anarchists*. Oxford: Berg.

_____. (2007). Sovversivismo: The radical political culture of otherness in Liberal Italy. *Journal of Political Ideologies*, n. 12(2), pp. 147-161, jun. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13569310701284993>>. Acesso em 23 sep. 2015.

LUDD, Ned. (2005). Antes de tudo... In: LUDD, Ned (org.). *Urgência nas ruas: Black Bloc, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. Trad. Leo Vinícius. Coletivo Sabotagem, pp. 6-13.

_____. (2005). O que doi o dia 30 de novembro (1999). In: LUDD, Ned (org.). *Urgência nas ruas: Black Bloc, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. Trad. Leo Vinícius. Coletivo Sabotagem, pp. 46-49.

MAY, Todd. (1994). *The political philosophy of poststructuralist anarchism*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

NEWMAN, Saul. (2012). Pós-Anarquismo: entre política e antipolítica. Trad. Florian Grote. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 36, pp. 103-115, abr.

O Educador. (1922). 1.º de Maio. Parahyba do Norte, n. 22, 27 abr.

_____. (1921). Em prol da instrução. Parahyba do Norte, n. 1, 01 nov.

O Globo. (2013). Seattle, 1999: black blocs promovem destruição em protestos contra a OMC. 09 out. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/seattle-1999-black-blocs-promovem-destruicao-em-protestos-contra-omc-10310652>>. Acesso em 01 jan. 2016.

O Jornal. (1924). Innominavel atentado. Parahyba do Norte, n. 220, 02 set., p. 1.

_____. (1924). O papel da imprensa. Parahyba do Norte, n. 110, 05 abr., p. 1.

REFLEX (Raphaël Scalp). (2005). Gênova: indo além do debate sobre a violência. In: LUDD, Ned (org.). *Urgência nas ruas: Black Bloc, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. Trad. Leo Vinícius. Coletivo Sabotagem, pp. 194-203.

RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. (2015). A tática black bloc e a liberação anárquica do dissenso. In: CEI, Vitor; BORGES, David G. (org.) *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha: Praia.

SEMERARO, Giovanni. (2014). Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do caderno 25. *Educação Social*, v. 35, n. 126, p. 61-76, mar. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 dez. 2015.

SILVA, Waldir Porfírio da. (2003). *Bandeiras Vermelhas: a presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960)*. João Pessoa: Textoarte.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1999). *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad.

THOMPSON, A.K. (2001). *Black Bloc, White Riot: Anti-Globalization and the Genealogy of Dissent*. Edinburgh, Oakland, Baltimore: AK Press.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (2003). *Ensaio sobre a Pobreza*. Trad. Juliana Lemos. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora.

VIANNA, Luiz Werneck. (1996). Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. *Dados*, v. 39, n. 3, páginação irregular. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 dez. 2015.

Jornais consultados:

A Imprensa.

A Lucta.

A Noite.

A Nota.

A Notícia.

A Regeneração.

A Rensascença.

A União.

Correio da Manhã.
Correio da Semana.
Correio da Serra.
Correio da Tarde.
Correio do Interior.
Correio Oficial.
Correio Paulistano.
Democrata.
Diário da Parahyba.
Diario do Estado.
Era Nova.
Estado do Parahyba.
Evolução.
Gutenberg.
Jornal da Parahyba.
Novenal.
Novenário.
O Anthelio.
O Centro.
O Echo.
O Educador.
O Imparcial.
O Liberal Parahybano.
O Mercúrio.
O Parahybano.
O Pelicano.
O Pimpôlho.
O Porta-Voz.
O Proemio.
O Publicador.
O Rebate.
Tic Tac.
Tiro Parahybano.

Fontes de Pesquisa:

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

ANEXO A - OS REVOLTADOS

(BRAZIL)

Sabbado, 26 de Setembro de 1896

(PARAHYBA)

A UNIÃO

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO DO ESTADO DA PARAHYBA

ASSIGNATURAS DENTRO DA CAPITAL ANNO IV

PUBLICAÇÃO DIARIA

ASSIGNATURAS FORA DA CAPITAL

N. 911

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXM. E RVM. SR. PADRE WALTER SOARES DOS SANTOS LEAL, 1.º VICE-PRESIDENTE DO ESTADO.

Expediente do dia 1 de Setembro de 1896.

Portaria: Nomeando o actual Promotor Publico da Comarca de Manguape, Bacharel Paulo Hincio da Silva para o lugar de Juiz Municipal do respectivo termo.

Fizerão-se as devidas communicações.

Officio: Ao cidadão Governador do Estado de Pernambuco, accusando o recebimento do officio de 27 de Julho ultimo, ao qual acompanharam dois exemplares impressos, que agradece, de collectão das leis d'aquelle Estado, promulgadas no corrente anno.

Ao cidadão Presidente do Estado de Sergipe, accusando o recebimento do officio de 20 de Julho ultimo, ao qual acompanharam um exemplar, que agradece, do regulamento do montepio dos empregados publicos d'aquelle Estado.

Ao cidadão Antonio Pinto Nogueira, Presidente do Estado do Ceará, accusando o recebimento do officio de 12 de Julho ultimo, no qual communicou que, naquela data, assumiu o exercicio do cargo de Presidente d'aquelle Estado, para o qual foi ultimamente eleito.

Ao cidadão Governador do Estado do Piauí, accusando o recebimento do officio de 1 de Julho do corrente anno, no qual communicou que assumiu, naquela data, o exercicio do cargo de Governador d'aquelle Estado, para o qual foi eleito.

Ao cidadão Inspector de Theouro, remetendo a folha dos empregados que estiveram em comissão na Secretaria da Assembléa Legislativa deste Estado, de 1 a 17 do corrente mez, afin de que providencie no sentido de serem pagos os referidos empregados durante a ausência d'elles pela tabela dos vencimentos da mesma Secretaria, conforme solicito o respectivo Secretario em officio de 28 de Agosto ultimo.

Ao mesmo, remetendo para pagamento, o extracto do ponto dos empregados da Imprensa Officiale, relativo ao mez de Agosto proximo findo, e bem assim a folha dos operarios d'aquelle estabelecimento na importancia de 448800 réis, que deverá ser entregue ao cidadão Francisco do Valle Melillo, conforme solicito o respectivo Administrador.

Ao cidadão 2.º Secretario da Assembléa Legislativa do Estado, communicando, afin de fazer constar a meza d'aquella Assembléa, que foram sancionados os projectos n.ºs 9, 14, 24, 26, 29, 30, 31, 34, 33, 34 e 44 de que trata o officio d'aquella Secretaria de 6 de Agosto proximo findo, que ficou assim respondido.

Ao cidadão Dr. Inspector de Hygiene do Estado, recommendando que providencie no sentido de serem remetidos ao Conselho Municipal da Villa do Batalhão, alguns tubos de lympha venatica,

afim de ser inoculada na população d'aquelle municipio, visto achar-se ameaçado da variola que está grassando em suas immedições, conforme solicito o Presidente do mesmo Conselho, em officio de 25 de Agosto proximo findo.

Deixo sciencia ao Presidente do Conselho Municipal da Villa do Batalhão.

Dia 2

Portarias: Exponendo o cidadão Joaquim Ferreira Dantas do cargo de subdelegado do districto de Serra Redonda, do termo do Ingi, visto ter mudado sua residencia para fóra do mesmo districto, e nomeando para substituil-o, o cidadão João Cavalcante de Albuquerque.

Remetteo-se ao Dr. Chefe de Policia, para os fins convenientes.

Officio: Ao cidadão Inspector do Theouro, remetendo para pagamento, os extractos dos pontos dos professores e empregados da Escola Normal, do mez de Agosto ultimo, e dos professores da escola de sexo masculino anexa d'aquelle estabelecimento, referentes aos mezes de Maio, Junho, Julho e Agosto, e bem assim as folhas das despesas feitas n'aquelle estabelecimento durante o supranotado mez de Agosto, na importancia de 498000 rs, que deverá ser entregue no respectivo Secretario, Manoel Rodrigues de Paiva Sobrinho.

Ao mesmo, remetendo para pagamento, o extracto do ponto dos empregados da Bibliotheca Publica do Estado, relativo ao mez de Agosto proximo findo, e bem assim, a folha das despesas effectuadas n'aquelle estabelecimento durante o referido mez, na importancia de 228700 réis, que deverá ser entregue no portefeio do cidadão Rodolpho Henriques de Souza, conforme solicito o respectivo Director.

Ao mesmo, remetendo para pagamento, o extracto do ponto dos empregados do Mercado "Lambú", relativo ao mez de Agosto proximo findo, e bem assim, a folha do pessoal servente d'aquelle estabelecimento, na importancia de 241800 rs, que deverá ser entregue ao cidadão Francisco Gotze de Lima, conforme solicito o respectivo Administrador em officio de hontem datado.

Ao mesmo, remetendo para pagamento, ao negociant desta praça, cidadão Antonio Peixoto de Vasconcellos, uma conta na importancia de cincoenta e cinco mil e quinhentos réis (558500), proveniente de objectos de expulente que fometeu ao Mercado Publico "Lambú", conforme solicito o respectivo Administrador em officio de hontem datado.

Ao mesmo, remetendo para pagamento, ao cidadão Alfredo Celeste Cirne, uma conta na importancia de 2178400 rs, proveniente de diversas encadernações que fez para a Imprensa Officiale, conforme solicito o respectivo Administrador em officio de hontem datado.

Ao mesmo, autorizando a abrir na verba respectiva, o credito da importancia de setenta mil réis (708000), para pagamento do igual

quanto ao cidadão Desiderio Soares de Pinho, proveniente de concertos que fez no carro do Estado.

Ao mesmo, remetendo a informação do Commandante do Corpo de Seguranca constante do officio n.º 796 de hontem datado a cerca da petição e documentos do negociante Manoel Henriques de Sá, afin de que também informe a respeito, devendo opportunamente devolver d'itos papeis.

Ao cidadão Dr. Chefe de Policia, remetendo a copia do Aviso Circular do Ministerio das Relações Exteriores, datado de 25 de Julho ultimo, afin de providenciar a cerca do objecto do mencionado Aviso.

Circular: Ao cidadão Inspector de Theouro, recommendando, instantemente, que não faça despesa alguma n'esta repartição, sem previa autorização do governo.

Ignave as demais Chefes das Repartições Estaduales.

Os revoltados

Um dos obstaculos mais persistentes á consolidação institucional do paiz tem sido a irreconciliabilidade que se nota nos espiritos, maxime a guerra surda e offensiva á accão da lei por intermedio de seus naturas agentes.

O sentimento de revolta, cuja exacerbação, em todas as ambiências da vida privada e publica, é estudada scientemente por A. Hanon como origen e causa do anarchismo-socialista, é luz de documentos accumulados, lava no meio brasileiro, e no mais critico momento da nossa historia.

Sem exaggerar a importancia dos ultimos acontecimentos, o observer calmo e criterioso lhes decobre logo uma feição geral—a insubordinação das animas.

Não se prende a factos recentes a etiologia d'esse morbo; basta lembrar os costumes do Imperio, quando a tactica pauciana consentia em todos os excessos, inclusive a empoeiragem organica, e quanto a tactica liberal de fignação, que essas libertades de facto, em var extremadas dessem lugar, em favor da dynastia, empunhando subrepticamente as regalias politicas dos cidadãos.

Não queremos pregar a submissão aos que, na phrase ardente de Kropotkin, se arrogam o direito de tratar os mais de modo diferente como quem de qualquer ordem que não queira de qualquer maneira ser enganados, explorados, brutalleados, e no entanto assua procedem respectivamente aos onctos. Seria de nossa parte legitimo suspeito não podemos invocar do que o de Herbert Spencer, o autor d'O Individuo contra o Estado, quando em uma de suas ultimas obras, A Justica, descreverem os primordios da evolução juridica em nossa especie, assignala como uma conquista da civilização o sacrificio da liberdade individual

á cooperação harmonica, indispensavel ás sociedades humanas.

Isso quer dizer que a dissociação das instituições, de modo que o self government individual (O, de Molinari) na razão directa do progresso de uma nação trace a linha de conducta á uma sociedade normal, não implica a eliminação dos flumes sem os quaes é inverosimil a ordem social.

E o que é uma theoria, do ponto de vista universal, dadas as condições nianalmente favoraveis, como o principio da equalidade financeira, para firmar uma lei scientifica, assume caracteres de um dogma, tendo-se em vistas condições especiaes em que age o governo republicano, agora que uma certa dissolução opera-se na politica nacional, trabalhada de tendencias contrarias e subversivas.

A missão dos governos nuncas precisava tanto da colaboração expositiva e perseverante dos governados; não se pode, absolutamente, dar arinas de amor ás instituições vigentes, sem subordinar interesses e sentimentos, sem abandonar qualquer direcção, motivos ou fins, que possam collidir, n'esta difficilissima conjunctura, com a alta missão governamental— a definitiva consolidação do nosso regimen legal.

Desgrahavelmente, é o contrario que se nota, na systematização das hostilidades, na insistencia dos capichos, na falta de exemplares empregados, na indecção que nos apogeu a linha divisoria dos partidos em opposição, ao ponto de ser para a Republica ameaçada identica a attitude dos restauracionistas confusos e dos que, directos ou indirectamente, voluntaria ou inconscientemente, cooperam na obra demolidora.

Ha, realmente, republicanos siccios nos armios dos que se adiciam a Republica, como pode haver muita dedicação falsa entre os que a defendem; o criterio para julga-los, na historia, só pode ser objectivo: a nova forma de governo não precisa, para consolidar-se de uma vez para sempre, de protestos partaistas dos que, ao combatendo, apellam para uma coisa melhor.

Estes não de ser confundidos, indistinctamente, na mesma categoria de inimigos irreductivos, com os que pugnam contra a republica, apellando para coisa diversa.

Entre as causas salientes d'essa hostilidade incondicional, d'essa campanha que se simenta do descredito, embora pela calumnia, das armuças quando todos precisam de paz, de deposições, embora se digam os paladinos da legalidade, é, sem duvida, o espirito de revolta, que na raga latina agrava o nosso clima, sentimento deploravelmente illudido pela d'eyelha imperialista, e agoni, em grau antinomico com a estabilidade das instituições.

E a repercussão da ruiva anarchista um um meio, cujos recursos naturaes relativamente ás condições demographicas não a justificam, virus que por contagio a paixão dos Ravachol, Caserio, Pallas, Vaillant e Henry, nos vus os ricos; d'aqui o moral economicamente da cima e a grosseria un-

to a campanha inexoravel aborta pelas insincieris e decepçionados contra a ordem republicana.

Os tres Bemões

No Santa Rosa effectuou-se ante-hontem o spectaculo em beneficio dos Tres Bemões.

Tivemos uma noite agradabilissima, sendo regular a enchente; mais de dois terços da lotação do Theatro.

Agradou-nos sobremaneira o concerto em laudros e violão, sobreabundante a ultima parte do mesmo concerto, que consistio á uma mesclage de varias operas e arias populares, terminando com o hymno nacional, sendo admiravel as variações que inmensavelmente levavam os espectadores de uma musica para outra.

Também muito admiramos a execução da terceira parte do spectaculo em que se mostraram os tres artistas de destra esbontada, principalmente o Sr. Salim, que nas diversas musicas executadas em uma galeria de guizos, arrancou muitas palmas da nossa plateia.

Fera é que não tivesses o Theatro tãlo sempre real enchente para melhor gozarmos os esforços dos tres bemões, que conseguirio applausos em qualquer meio onde se exhibam.

O Materialismo

E' incontestavel, que ao melhorar as condições economicas do proletariado, já desenvolvendo o espirito de associação, já corrigindo quanto possível as injustiças do regimen capitalista, se surtiram na sociedade da formidavel luta travada entre o desherdado e o pos idolo. Não obstante, existe uma causa muito profunda e transcendental, que á manobra d'uma immensa onda se expra por todas as camadas sociais e penetra até as mais ínfimas— o materialismo—avocado, mais que das disposições metaphysicas, da tendencia fatal dos physiologos contemporaneos materialistas, que não tendo logrado ainda definir o que é a vida, abalancam-se na exposição de atrevidas informações sobre a origem do homem, considerando-o unicamente como um animal vertebrado, attribuído ao systema nervoso, função dinamica e governamental, segundo elles, tudo o que os psicologistas metaphysicos tecem attribuido a uma entidade abstracta— a alma.

D'aqui o desprezo do homem por si mesmo, d'aqui o desprestigio do todo o ideal que não tenha por objecto satisfazer as suas paixões nutritivas ou sensaes; d'aqui o desprestigio do principio da autoridade; d'aqui o considerarse a velhice eadua como um objecto de escarnio e de desprezo; d'aqui a paixão insavel de riquezas para satisfazer o luxo e render o culto á vaidade, que rebata os caracteres e enriquece o espirito humano e engranda as paixões mais raras e místicas; d'aqui a incipiente e o odio dos pobres contra os ricos; d'aqui o moral economicamente da cima e a grosseria un-

ANEXO C - O PAPEL DA IMPRENSA

O JORNAL

'E' necessario republicanizar a Republica". JOAQUIM MURTINHO.

SABBADO
5
ABRIL
1924

DIARIO POLITICO E NOTICIOSO
ABRIL 1924
Dr. Joaquim Pessoa G. da Mota
Redação, Administração e Officinas:
Rua Duque de Caxias, 555
Parahyba do Norte—Brasil

Anno II

Redactor Gerente---SEVERINO ALVES AYRES

N. 110

"O JORNAL"
PUBLICA HOJE:

Integridade nacional.
O papel da imprensa.
Risos e frisos (Aladino).
Orphanato D. Ulrico.
Pela esthetica "urbs".
Cotas.
Incendio nos chuemas.
"O Jornal" socia.
Nos desvios do passado.
(Extr.).
"O Jornal" da fura.
"O Jornal" religioso.
"O Jornal" sportivo.
Nossa Senhora do Brasil.
Pela agricultura.
Obituario.
Varias noticias.
Edições.

A integridade nacional

A saudação que, por intermedio do "Jornal do Commercio", do Recife, nos dirigiu, a nós, da imprensa do Norte do paiz, s. exc. o sr. dr. Arthur Bernardes, presidente da Republica, bem demonstra a superioridade com que s. exc. encara a situação do Brasil.

Longe do estreito batismo e das "realidades hostis e dissolventes", o seu espirito abrange, num só todo de affeição e carinho, as duas grandes metades do Brasil,—cuja unidade, no dizer de s. exc., obra do Imperio, deve ser conservada pela Republica.

Para esse ideal elevado, urge que os que militam no jornalismo façam obra de aproximação dos espiritos e exerçam a grande força suggestiva e construtora da imprensa em prol da integridade territorial, moral e intellectual da patria brasileira.

Quando os dissidios passageiros allearem as animosidades, de uns contra outros, é dever do periodismo apaziguar os animos incendiados e lhes instillar o futuro e já repousam as alancas do nosso poder presente. pathia, se dirige, com o carinho verdadeiro ideal de união e fraternidade, em que se acrisolam as esperanças da nossa grandeza saudação do sr. dr. Arthur Bernardes, presidente da Republica, bem demonstra a superioridade com que s. exc. encara a situação do Brasil.

O papel da imprensa

Abrimos espaço ás palavras de saudação endereçadas ao nosso confrade "Jornal do Commercio", do Recife, pelo exmo. sr. dr. João Luiz Alves, ministro do interior do actual governo da Republica e illustre membro da Academia Brasileira de Letras.

As palavras de s. exc. significam uma bella lição de moral jornalística e apontam o norte aos caminhantes da cruzada da imprensa.

Reflexos de principios elevados, as expressões do illustre homem merecem lidas e cumpridas sinceramente.

Eis a saudação de s. exc. :
Correspondo, com desvanecimento, ao honroso convite do meu distincto collega e prezado amigo, deputado Pessoa de Queiroz, para escrever algumas linhas para a edição especial do "Jornal do Commercio", de Recife, na comemoração do quinto anniversario de sua util e nobre existencia, cheia de bons serviços aos interesses do paiz.

Formulo sinceros votos pela sua constante prosperidade e pela sua crescente autoridade, como orientador da opinião publica.

Nunca, como hoje, a missão da imprensa, entre nós, foi tão ardua, tão espinhosa e tão delicada, desde que se comprehenda que essa missão só pôde ser um apostolado de propaganda pelo bem social, moral e politico da nossa Patria. O sopro de anarquia moral e mental, que devastou o mundo civilizado, como consequencia indelictavel do desprezo pela grande conquista da moral christa e dos principios do direito privado e da justiça internacional, estabelecidos pela civilização, desprezo que é o mais funesto effeito da grande guerra, está exigindo uma reacção conservadora, sadia e forte, que restabeleça o equilibrio de forças espirituas capazes de reconduzir os povos e os homens para a estrada larga, momentaneamente esquecida, da ordem, da paz e da cultura. Entre aquellas forças espirituas e como a mais efficiente—colloca a imprensa. Tem ella, neste momento, dois rumos:—á direita, o do bem, pela predica da amizade entre os povos, da fraternidade entre os homens, da concordia entre os cidadãos e pela critica serena e polida dos actos dos governos, incitando-os ao desvelo pelo bem publico, condemnando, para que os repare, erros commettidos, applaudindo, para que os repitam, actos de acerto, em favor da communhão nacional,—á esquerda, que é a sinistra, o rumo do mal, servindo aos desentreados appetites da turba ignorante, mas boa, que só se alimenta da injuria, da calumnia e do escandalo, por falta de educação, que certa imprensa continúa a perverter, ineluctavelmente.

Os bandeirantes da estrada do mal não conduzem mas são conduzidos—"malgré eux"—e, aíl delles! si não satisfazem diariamente o indigno appetite de uma clientela amoral e perversida.

O do bem, que afinal sempre triumpham, terão difficuldades a superar, mas realizarão fatalmente a obra reconstrutora da civilização humana—e, aqui, a da grandeza e prestigio da nossa Patria.

E entre esses obreiros do bem que espero ver sempre, como tem estado até hoje, o "Jornal do Commercio", de Recife, glorioso baluarte de civismo. Só assim lhe posso desejar vida longa e constante prestigio.

Dr. João Luiz Alves.

Da Academia Brasileira de Letras.

Rio, 12 março 1924.

Orphanato D. Ulrico

No proximo domingo, depois das 14 horas, esse instituto de assistência á infancia será franqueado á visita do povo, em comemoração ao segundo anniversario da sua fundação.

Haverá uma pequena exposição de trabalhos, que podem ser adquiridos por quem generosamente pretenda auxiliar aquella benemerita instituição.

Não carecemos tecer encomios ao que entre nós representa aquella casa de caridade e amor, fruto do esforço abnegado de meia dúzia de conterraneos, a cuja frente sempre esteve com toda dedicação esse prestimoso concidadão que é o desembargador Heraclito Cavalcanti.

OOOOOOOOOO

Pela esthetica da "urbs"

Na avenida S. Paulo, desta cidade, estão localizados predios dos mais bellos desta capital, os quaes já nos recommendam em materia de construcções particulares.

Uma emulação toda natural se tem estabelecido naquelle ponto, como noutros, da nossa urbs, e já toda aquella avenida está construida magnificamente.

Acontece, porém, que ao lado direito de quem vae do centro urbano para a praça Bella Vista, de frente dos palacetes dos srs. dr. Adhemar Londres e cel. Heronides Cunha, fica um velho casarão, dentro de consideravel terreno cercado de arame farpado, sem calçada e com enorme matagal.

O velho casarão é do typo colonial e reproduz o estilo da provincia, há uns sessenta annos atrás.

Seria de desejar, que, estimulado pelos exemplos da vizinhança, a bem da esthetica e em proveito dos seus proprios interesses, o proprietario da velha casa ou algum capitalista interessado no progresso e esthetica da urbs, que a adquirisse,—tornasse aquella vivenda numa casa moderna e de bom gosto, compativel com a localização magnifica que destructa.

O terreno consideravel que fica ao lado do casarão, poderia ser magnificamente aproveitado para construcções, pois, além do mais, ao que soubemos, vae allí junto passar uma nova avenida.

Risos e frisos

—O esplendor a que attingiram na Parahyba as bellas artes; os monumentos que têm enriquecido o nosso patrimonio artistico e embelezam as nossas praças; as nossas famosas avenidas; as demais obras em projecto e, sobretudo, a generosa acolhida aqui dispensada aos forasteiros, têm attractado a esta capital uma luzada pleiade de pintores e letrados.

(Dos jornais).

Cá da terra os esplendores já foram tão proclamados
Que attrahiram bons pintores
E também grandes letrados.

Vê-se que é justo,
Sem grande custo:

Onde se viu mais brilhante,
A todo tempo, constante,
Céo mais azul e estrelado
Que nesta zona astronomica?
E o bom clima cá do Estado?
E a sua força economica?
E a situação financeira?
Que é por demais lousieira?...

Somente nisso se encerra
A justa e sã razão
De ser hoje a nossa terra
O reino de Solomão...
Zumbindo, de asas doiradas,
O enxame, louco, febril,
De abelhas, ao sol de abril,
Procuram flores, poisadas...
E é natural, costumado,
Que abelhas procurem mel...
Mas... não pespeguem no Estado
Patente de coronel...
Aladino.

Morta a fome

Fomos informados que, há couza de tres dias, foi encontrada morta nas immedições do armazem de deposito da firma Krönck & Cia. uma pobre mulher do povo, cuja identidade não sabemos se foi feita pela policia.

Pessoas da vizinhança affirmaram que a infeliz mulher mendigava a caridade publica, e morrera de fome.

E assim é praticada a assistência á pobreza nesta capital!...

Gazosas

SÓ AS DA NOVA FABRICA
SILVA & DOREB. da Passagem, 129
Parahyba